



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VANESSA FREITAS SALES BEZERRA**

**DA SOMBRA DA COLONIZAÇÃO À LUZ DOS INVESTIMENTOS PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO: AS COMPENSAÇÕES DE GUERRA PAGAS PELO JAPÃO  
À COREIA DO SUL PÓS TRATADO DE NORMALIZAÇÃO (1965)**

**JOÃO PESSOA  
2023**

VANESSA FREITAS SALES BEZERRA

**DA SOMBRA DA COLONIZAÇÃO À LUZ DOS INVESTIMENTOS PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO: AS COMPENSAÇÕES DE GUERRA PAGAS PELO JAPÃO  
À COREIA DO SUL PÓS TRATADO DE NORMALIZAÇÃO (1965)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Cooperação Internacional, Geopolítica, Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Bernardo Salgado Rodrigues

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B574d Bezerra, Vanessa Freitas Sales.

Da sombra da colonização à luz dos investimentos para a industrialização [manuscrito] : as compensações de guerra pagas pelo Japão à Coreia do Sul pós Tratado de Normalização (1965) / Vanessa Freitas Sales Bezerra. - 2023.

62 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Bernardo Salgado Rodrigues, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Colonização. 2. Coreia do Sul. 3. Geopolítica. 4. Industrialização. 5. Japão. I. Título

21. ed. CDD 952

VANESSA FREITAS SALES BEZERRA

**DA SOMBRA DA COLONIZAÇÃO À LUZ DOS INVESTIMENTOS PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO: as compensações de guerra pagas pelo Japão à Coreia do Sul  
pós Tratado de Normalização (1965)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 27/06/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



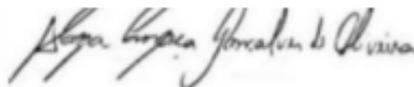
---

Bernardo Salgado Rodrigues (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dedico este trabalho a Taylor Swift, cujos versos musicais inspiraram a minha jornada acadêmica: *“They told me all of my cages were mental [...] I just wanted you to know. That this is me trying”*. Sua arte e talento impulsionaram minha perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Deus, fonte de toda sabedoria e força, por me guiar, por me conceder discernimento, por iluminar o meu caminho e me inspirar a buscar conhecimento. Sua graça e misericórdia me fortaleceram em momentos de dúvidas e incertezas.

À minha mãe, a pessoa mais importante da minha vida, por todo o apoio e amor incondicional. Agradeço por ser minha maior torcedora, lembrando-me constantemente do meu potencial e por me encorajar a nunca desistir. Seu amor, carinho e dedicação são fontes inesgotáveis para mim.

À minha família, avós, tios e primos, por todo o suporte emocional e por sempre torcerem pelo meu sucesso, que mesmo estando todos em Caruaru, sempre estiveram à disposição, reverberando palavras de incentivo e amor. Agradeço especialmente às minhas tias Marilene Freitas Caju e Edvany Fabíola Almeida Silva, que juntamente com minha mãe são minha base, minha inspiração e maiores incentivadoras, orgulho de poder afirmar que sou fruto do poder feminino de três grandes mulheres. E, às minhas irmãs de alma, e primas do coração, Maria Eleen Almeida e Eliza Maria Almeida Pennycook, pela cumplicidade e apoio mútuo. Nossa união e vínculo familiar vão muito além da instituição familiar, por laços sanguíneos, para sempre ligadas pelo amor.

Às minhas amigas, Anna Lyvia Andrade, Lívia Gonçalves, Maria Clara Andrade e Rovanne Dantas, sem elas eu não teria forças para enfrentar todos os obstáculos da vida acadêmica. Com elas aprendi que posso construir uma família, não importa onde esteja, e tenho orgulho de afirmar que constituí uma família sem residência fixa. Agradeço por serem minha rede de apoio, e por compartilharem momentos de estudo e risadas.

Por fim, agradeço ao meu orientador, que sempre esteve à minha disposição esclarecendo todas as dúvidas, por compartilhar o seu conhecimento e experiência. Serei eternamente grata pela compreensão dos meus problemas pessoais, e por aceitar participar da etapa mais importante e difícil da minha jornada acadêmica.

## RESUMO

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Península Coreana se viu independente da ocupação japonesa em seu território. Entretanto, encontrava-se em meio a uma disputa ideológica travada pelos Estados Unidos da América e a União Soviética, ocasionando na divisão e institucionalização de dois países distintos: a República da Coreia e a República Popular da Coreia. Por conseguinte, essa pesquisa busca analisar o impacto que os investimentos japoneses, oriundos das compensações históricas, desempenharam na Coreia do Sul após a ratificação do Tratado de Normalização (1965) – em que se teve à volta das relações diplomáticas entre os dois Estados, e foram previstas as compensações financeiras por parte do Japão em relação aos danos causados durante a ocupação colonial japonesa na Coreia. O trabalho procura compreender de que forma esses investimentos contribuíram para a industrialização e o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, tendo em vista que o país enfrentava desafios econômicos após o fim da ocupação japonesa e no cenário pós-guerra das Coreias. Sendo assim, por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se realizar uma alusão histórica da relação entre Japão e Coreia, abordando as guerras sino-japonesa e russo-japonesa, a história da colonização japonesa na Coreia, como se deu a divisão da Coreia, e o contexto para a realização do Tratado de Normalização. Será realizado um estudo sobre a utilização do investimento japonês na Coreia do Sul, considerando as informações sobre os setores industriais beneficiados pelos investimentos e os resultados alcançados. A pesquisa indica, como resultados, o fato de que os investimentos japoneses desempenharam um papel significativo na transformação da Coreia do Sul em uma economia industrializada, e fomentaram a cooperação econômica entre ambos os países. No entanto, identifica-se que questões políticas não resolvidas acabaram ocasionando desafios e pontos de fricção na relação diplomática contemporânea dos respectivos países. Por último, o trabalho propõe-se em afirmar que o Tratado de Normalização (1965) representou uma variável independente para o desenvolvimento econômico sul-coreano, empenhando-se em contribuir para a compreensão dos efeitos da colonização japonesa na Coreia do Sul, e como os investimentos realizados posteriormente influenciaram sua industrialização. Assim, espera-se que se possa debater de forma mais ampla sobre a relação entre esses dois países, e as implicações econômicas e sociais desse processo histórico.

**Palavras-chave:** Colonização. Coreia do Sul. Geopolítica. Industrialização. Japão

## ABSTRACT

After the end of World War II, the Korean peninsula became independent of the Japanese occupation of its territory. However, it was in the midst of an ideological dispute between the United States and the Soviet Union, resulting in the division and institutionalization of two distinct countries: the Republic of Korea and the People's Republic of Korea. Therefore, this research seeks to analyze the impact that Japanese investments coming from the historical compensations played in South Korea after the ratification of the Normalization Treaty (1965) – in which diplomatic relations between the two states were restored, and was responsible for providing financial compensation regarding the damages caused during the Japanese colonial occupation in Korea. In this way, the paper seeks to understand how these investments contributed to the industrialization and economic development of South Korea, considering that the country faced economic challenges after the end of the Japanese occupation and in the post-Korean War scenario. Therefore, by means of a bibliographical review, it is sought to make a historical allusion of the relationship between Japan and Korea, approaching the Sino-Japanese and Russo-Japanese wars, the history of the Japanese colonization in Korea, how the division of Korea happened, and the context for the realization of the Normalization Treaty. In addition, a study is made on the utilization of Japanese investment in South Korea, considering information on the industrial sectors benefited by the investments and the results achieved. The research indicates as results that Japanese investments played a significant role in the transformation of South Korea into an industrialized economy and fostered economic cooperation between both countries. However, it is also identified that unresolved political issues ended up causing challenges and friction points in the contemporary diplomatic relationship of the respective countries. Finally, the paper proposes to assert that the Normalization Treaty (1965) represented an independent variable for South Korean economic development, striving to contribute to the understanding of the effects of Japanese colonization on South Korea and how investments made afterwards influenced its industrialization. It is hoped that a broader debate can be held on the relationship between these two countries and the economic and social implications of this historical process.

**Keywords:** Colonization. South Korea. Geopolitics. Industrialization. Japan.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Leste Asiático	13
Figura 2 – Mapa do expansionismo do Império do Japão	15
Figura 3 – Mapa da Invasão da Coreia do Sul	27
Figura 4 – Mapa das ilhas de Dokdo/Takeshima	35
Quadro 1 – Síntese das negociações de normalização entre Coreia do Sul e Japão, 1951-1965	37
Gráfico 1 – Gráfico da divisão do valor das Reparações Históricas	43
Quadro 2 – Mapeamento do uso das reparações históricas	44
Tabela 1 – Compensações históricas por setor	46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIL	Academia Militar Imperial
Art.	Artigo
BM	Banco Mundial
EPB	<i>Economic Planning Board</i>
EUA	Estados Unidos da América
IA	Inteligência Artificial
IoT	Internet das Coisas
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
KIST	Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNB	Produto Nacional Bruto
POSCO	<i>Pohang Iron and Steel Company</i> /Companhia de Aço e Ferro Pohang
RDE	Recrutamento Dirigido pela Empresa
RDG	Recrutamento Dirigido pelo Governo
RPDC	República Popular Democrática da Coreia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>2 COREIA DO SUL E JAPÃO: uma volta histórica.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Um repasso histórico.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Caso “Mulheres de Conforto”.....</b>	<b>17</b>
2.2.1 <i>Estupro de Nanquim.....</i>	<i>17</i>
2.2.2 <i>Segunda Guerra Mundial e o Sistema de Conforto.....</i>	<i>18</i>
<b>2.3 A mão de obra coreana durante a Segunda Guerra Mundial.....</b>	<b>19</b>
<b>3 CAMINHOS PARA A NORMALIZAÇÃO EM MEIO À GUERRA FRIA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Fim da Segunda Guerra Mundial e o começo de um mundo bipolar.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Guerra das Coreias.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 O Sistema de São Francisco.....</b>	<b>29</b>
<b>3.4 O Cenário para o Tratado de Normalização (1965).....</b>	<b>31</b>
<b>4 O TRATADO DE NORMALIZAÇÃO E O SEU PESO PARA A COREIA DO SUL.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1 Análise da volta da cooperação econômica entre Japão e Coreia do Sul.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2 Utilização das Compensações Históricas.....</b>	<b>43</b>
<b>4.3 Os fatores de fricções na diplomacia da Coreia do Sul e Japão na atualidade.....</b>	<b>47</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Península Coreana encontra-se na Ásia Oriental, em que o Sul é banhado pelo Mar do Leste e o Mar Amarelo, fazendo fronteira com o Japão. Concomitantemente, a metade norte-coreana é banhada pelo Golfo da Coreia e pelo Mar do Leste, e, por sua vez, possui como vizinha a China. Dessa forma, o território encontra-se em uma posição geopolítica de grande estratégia, sendo objeto de intensa disputa entre China, Japão e o Império Russo durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. (CIA, 2022a, 2022b).

Isto posto, no período de 1910 até 1945, a Coreia foi submetida a um tempo de colonização, em que a sua metrópole, o Japão, impôs políticas que infringiram os direitos humanos dos coreanos, com o propósito de apagar a identidade e cultura coreana, e integrar o país como parte do seu Império, perpetuando um longo período de subjugação. Com a sua libertação em 1945, a Coreia iria se encontrar futuramente em um novo contexto internacional, a Guerra Fria. Como resultado da consequência dessa nova guerra por ideologia, a Coreia sofreu com a divisão de seu território, passando a ser dividida em dois estados, Norte e Sul, onde o Norte representava os interesses da União Soviética, enquanto o Sul representava os interesses dos Estados Unidos da América (EUA). (KIM, 2012).

Nesse sentido, essa pesquisa possui a determinação de analisar as relações entre o Japão e a Coreia, focando nos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, em que se intensificou o terror estabelecido pela nação nipônica, quando os coreanos passaram a ser entendidos como uma ferramenta indispensável durante a guerra. (PALMER, 2013). Assim, será utilizado o método histórico-dedutivo, que segundo Marconi e Lakatos (2003), consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado, como modo de verificação de sua influência no futuro. Portanto, a presente pesquisa tem o intuito de analisar como o Tratado de Normalização (1965) entre Coreia do Sul e Japão foi importante para o financiamento na indústria e projetos de infraestrutura, por meio do uso das reparações históricas e assistência técnica de empresas japonesas.

Ademais, Bresser-Pereira (2003) discorre sobre o método histórico-dedutivo na economia, em que o seu argumento se fundamenta no fato de que é necessário seguir este método para assim formular uma hipótese a partir da observação dos fatos, examinando a realidade e buscando regularidades, em que o pesquisador irá generalizar a partir do estudo da realidade. Logo, através da análise da realidade histórica de ambos os países, até a formulação do acordo e as suas consequências, este trabalho busca estudar se o tratado pode ser considerado uma variável independente para o desenvolvimento econômico sul-coreano.

Nesse sentido, a pesquisa é interpretada baseando-se em teorias de Cooperação Internacional, como meio de averiguar o surgimento de uma cooperação econômica pós-ratificação do Tratado de Normalização (1965), e os feitos obtidos através dessa parceria. No primeiro capítulo, este em tela, tem-se a apresentação do trabalho, a Introdução. No segundo capítulo, é necessário, primeiramente, fazer uma análise histórica das relações entre Coreia e Japão, para a compreensão de como e por que a Península Coreana se tornou uma colônia, fazendo-se imperativo um estudo detalhado dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, que responsabilizaram o Japão a pagar reparações históricas, em busca de explicar a existência no tratado de restabelecimento das relações que foram rompidas em razão dos horrores cometidos durante esse período.

No terceiro capítulo discute-se como o fim da Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a independência da Coreia, e como dentro do novo contexto internacional se sucedeu a divisão da Coreia em dois países distintos, principalmente através da investigação dos acontecimentos da Guerra da Coreia e do papel desempenhado pela União Soviética e EUA na região. Adiante, faz-se necessário o estudo da relação que os Estados Unidos mantinham com os seus países aliados, e os interesses nacionais que almejavam alcançar na região.

Desse modo, visa-se analisar como a Coreia do Sul se comportou frente às investidas americanas em estabelecer um bloco capitalista com o Japão, através da construção de um sistema bilateral. Além disso, ainda no terceiro capítulo, visualiza-se a relevância de analisar comparativamente os líderes sul-coreanos, como o modelo de política adotado por cada presidente influenciou na melhora ou piora de um progresso no acordo de reaproximação, e como fatores externos também exerceram grande importância na constituição de um cenário favorável para a institucionalização de um acordo entre Tóquio e Seul.

Já o quarto capítulo incumbe-se de uma investigação sobre o processo de barganha para a formulação do Tratado de Normalização, principalmente com a finalidade de analisar como a Coreia do Sul utilizou o dinheiro das compensações históricas. Com o exame dos dados coletados, a pesquisa procura rastrear o dinheiro e como ele foi aplicado em diferentes setores da indústria sul-coreana e utilizado para o financiamento de projetos de infraestrutura de custo elevado, além de como o acordo foi importante para estimular uma cooperação econômica na década de 1960. Ainda, discute-se como a decisão de postergar questões sensíveis, na tratativa do acordo, ocasionaram consequências significativas nas relações diplomáticas entre os dois países na atualidade.

Nas considerações finais, o quinto e último capítulo, busca-se responder se as compensações históricas obtidas após o Tratado de Normalização serviram como sustentáculo inicial para a industrialização, ao fazer uma verificação se muitos dos recursos foram destinados para setores-chave. Assim chega-se a conclusão se é possível afirmar que a cooperação técnica e o investimento financeiro japonês foram variáveis independentes para o desenvolvimento econômico sul-coreano, além de discutir os resultados obtidos após o Tratado de Normalização.

## **2 COREIA DO SUL E JAPÃO: uma volta histórica**

Na presente seção, realiza-se uma contextualização histórica da relação da Coreia e do Japão, em que aborda-se desde as guerras sino-nipônicas e russo-nipônicas até o período de anexação da Península Coreana ao Império japonês. Posteriormente, para melhor compreensão do trabalho, discute-se sobre os principais crimes de guerra cometidos pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

Desse modo, introduz-se nesta sessão o caso das “Mulheres de Conforto”, e da mão de obra forçada coreana, com o propósito de elucidar o porquê de futuramente o governo sul-coreano clamar por reparações monetárias devido às barbaridades cometidas durante a guerra e o período colonial japonês.

### **2.1 Um repasse histórico**

Sob a perspectiva japonesa, acreditava-se que o primeiro passo necessário para se tornar um Império em seu plano colonial era de que deveria começar o seu domínio sobre o território asiático com os seus vizinhos. Assim, a sub-região do Nordeste da Ásia seria o foco principal, com a incorporação da Coreia (Figura 1) visualizada como essencial. (SUZUKI, 2003).

Por muito tempo, o Japão estabeleceu o seu projeto colonial para a incorporação da península da Coreia, em sua sociedade imperial, visando uma união pacífica de ambos os territórios, através da criação de um sistema igual e imparcial, capaz de levar uma paz duradoura ao Leste Asiático. (DIAS; LIMA; MARQUES, 2019). Este plano foi formulado após a Reforma Meiji (1868-1889), responsável pelo desenvolvimento industrial e econômico do país, que acabou corroborando um crescente nacionalismo, cujo objetivo era transformar o

Japão em um grande Império, através da expansão territorial do país. (LONE; TWOLE, 1998).

Figura 1 – Mapa do Leste Asiático



Fonte: Guia Geográfico (2023).

Através da debilidade do poder da China e da derrota da nação chinesa na guerra Sino-Japonesa (1894-1895) durante a segunda metade do século XIX, Tóquio conseguiu com sucesso avançar e penetrar no Sul da Manchúria, ocupando a península de Liaodong. Com o medo crescente de que as forças japonesas chegassem até Pequim, a China decidiu optar por um pedido de paz no início de 1895, assinando, em 17 de abril do mesmo ano, o Tratado de Shimonoseki, responsável por eximir a presença chinesa em Seul, e reconhecer totalmente a independência da Coreia. Tal fato marcou o fim do longo relacionamento político secular desses dois países, em que Seul era um Estado tributário, e parte integrante da sociedade

sino-confuciana. (KIM, 2012). Consequentemente, a Coreia encontrava-se, a partir desse momento, sob a influência direta do Japão.

Após a vitória, Tóquio tinha conquistado quase que totalmente a autoridade no território coreano, disputando o domínio total do Estado apenas com a Rússia. Nos primeiros dois anos de 1900, os dois países tentaram uma coexistência pacífica, com tentativas inclusive de negociar secretamente uma possível divisão da Coreia entre eles, como a proposta enviada pela Rússia em dezembro de 1903, de criar uma zona neutra e livre de armas na Zona Norte do Paralelo 39 da Coreia. Entretanto, a nação japonesa decidiu recusar o acordo. (KIM, 2012). Em 1904, a situação entre os países se encontrava insustentável, e a guerra era iminente.

Nenhum país estava disposto a ceder o seu poder de influência no território, e o episódio de maio de 1903, quando as tropas russas ocuparam Yongamp'o à força na Manchúria, acabou deixando os japoneses alarmados. Além disso, o Japão tinha saído da guerra Sino-Japonesa com força o suficiente para disputar o seu lugar como potência asiática, almejando ampliar a sua maximização de poder no continente. (SUZUKI, 2003).

Dessa forma, o conflito pode ser caracterizado pelo desejo de expansão, em que os referidos países tinham como objetivo anexar os territórios da Manchúria e da Coreia, buscando um controle econômico e militar exclusivo, o que possibilitaria, consequentemente, a fortificação do seu império. (LONE; TWOLE, 1998).

Com uma aliança institucionalizada com o Reino Unido em 1902, o Japão, por um lado, assumiu o compromisso de reconhecer os direitos e interesses britânicos na China; por outro lado, o Reino Unido garantiu o reconhecimento dos interesses japoneses na Coreia, afirmando, por fim, o compromisso de que, no caso de se envolverem em uma guerra com outro país no Leste Asiático, permaneceriam neutros. Em caso de guerra com mais de um país, a outra parte lutaria em nome do país que estivesse em guerra.

Graças a essa aliança anglo-japonesa, os japoneses se sentiram assegurados em travar uma guerra com a Rússia, pois acreditava-se que a França, que era uma aliada russa, não interferiria no conflito, devido ao receio da nação inglesa se juntar à guerra em nome do Japão. (KIM, 2012). Isto posto, em fevereiro de 1904, Tóquio atacou de surpresa a marinha russa em Port Arthur, na península de Liaodong, iniciando o conflito com a Rússia.

Com o decorrer da guerra, em meio aos conflitos terrestres e navais, o Japão conseguiu manter uma ofensiva contra Moscou. Em 1905, a marinha japonesa conseguiu destruir a frota da marinha russa em Tsushima. Nesse episódio, o Japão obteve o apoio do Reino Unido, que bloqueou a passagem da frota russa no Canal do Suez, fazendo com que a frota russa ficasse circulando o continente africano, minando o seu poder de combate. (KIM, 2012).

Apesar das vitórias, o custo da guerra para o Japão estava sendo exorbitante aos cofres do país. Para o lado russo, a guerra levou a um grande descontentamento popular e surtos revolucionários que ameaçavam o regime Czarista e se espalharam pelo país, causando um grande enfraquecimento nele. (LONE; TWOLE, 1998). À vista disso, os EUA entram em cena na guerra russo-japonesa com o propósito de mediar um acordo para o fim do conflito entre as partes. Roosevelt, então presidente dos EUA, mediu, em agosto de 1905, o Tratado de Portsmouth, garantindo a vitória japonesa e a derrota russa.

Os direitos japoneses no território da Manchúria foram estendidos: Port Arthur, Darian e os seus territórios adjacentes passaram a ser áreas de influência do Japão. A metade do Sul de Sacalina e as Ilhas Curilas passaram a pertencer à nação nipônica, além do reconhecimento russo de que Tóquio possuía interesses políticos, econômicos e militares predominantes na Coreia, junto com a promessa de não interferir nos assuntos japoneses no que concerne à segurança e à supervisão da Península Coreana. Diante do exposto, o Japão tinha finalmente conquistado totalmente o seu poder no território, eliminando a última ameaça que se colocava à frente do seu interesse de dominar a Coreia. (KIM, 2012).

Assim que conquistou o seu completo poder sobre Seul, o Japão tratou o país como uma semicolônia, decidindo anexar formalmente o território coreano em 1910 (Figura 2). A partir disso, a Coreia passou para o *status* de colônia japonesa, e os indivíduos passaram a ser considerados cidadãos de “segunda classe”. (SUZUKI, 2003). Pela lógica japonesa de pureza de raça, apenas pessoas com laços sanguíneos e nascidas no Japão eram consideradas japonesas, em que os restantes seriam considerados inferiores.

Figura 2 – Mapa do expansionismo do Império do Japão



Fonte: Japan's Territorial (2014).

Apesar do *slogan* defendido pelo Japão na sua caminhada pela expansão territorial ser *isshi dōjin* (igualdade e imparcialidade), em que se defendia a fusão total e igualitária da população japonesa com as dos territórios conquistados, o sentimento de superioridade nutrido pelos indivíduos japoneses era impedimento crucial para qualquer fusão das duas populações. (SUZUKI, 2003).

À vista disso, Tóquio instaurou uma onda de terror durante a colonização japonesa e o período do *kōminka*<sup>1</sup>, com medidas que decretavam uma reforma religiosa no país, em que substituía o budismo coreano pelo xintoísmo<sup>2</sup> como religião oficial da península coreana. (CAPRIO, 2009). Além de outras medidas como o apagamento do hangeul<sup>3</sup> e a campanha do *sōshi kaimēi*<sup>4</sup>, em que se tinha a mudança do nome coreano para um japonês, tudo com o propósito de apagar a identidade coreana e cultural da população, tornando-os súditos devotos do Japão imperial. Essas políticas podem ser encontradas refletidas na declaração de Terauchi Masatake, em que o primeiro governador-geral japonês na Coreia (1910-1916) afirmou que todo coreano que não obedecesse ao império japonês deveria morrer. (SUZUKI, 2003). Ademais, a insatisfação mediante as medidas agressivas adotadas pelo governo japonês era imensamente significativa que os coreanos engajaram-se em manifestações em 1919 por toda península coreana, conhecido como o Primeiro Movimento de Março, um dos primeiros movimentos de resistência do povo coreano em relação ao imperialismo japonês.

Essas políticas se intensificaram mais ainda quando o Japão, ao atacar de surpresa a base naval norte-americana de Pearl Harbor, arrastou para a Segunda Guerra Mundial os EUA. De tal modo, os coreanos tornaram-se ferramentas indispensáveis durante a guerra, por meio do recrutamento militar forçado e do trabalho análogo à escravidão nas indústrias japonesas, em que as mulheres foram usadas como estratégia de guerra, instaurando uma política de violação aos corpos. Esta última é analisada com maiores detalhes na continuação.

---

<sup>1</sup> Termo que faz alusão ao processo de assimilação da cultura japonesa por parte de suas colônias. (PALMER, 2013).

<sup>2</sup> Xintoísmo é uma religião tradicional do Japão, foi instaurada como única religião oficial durante o período de colonização (CAPRIO, 2009)

<sup>3</sup> *Hangeul* é a língua coreana oficial de ambas as Coreias.

<sup>4</sup> Política instituída pelo Império em que obrigava que os coreanos adotassem nomes japoneses. (SUZUKI, 2003).

## 2.2 Caso “Mulheres de Conforto”

### 2.2.1 Estupro de Nanquim

De acordo com autores como Argibay (2003), para entender o porquê da criação do sistema de conforto como se conhece presentemente, é preciso relatar o que foi o massacre de Nanquim. Na época da Segunda Guerra Mundial, o Japão imperial possuía um sonho de uma nova esfera de prosperidade. Buscava a associação da Ásia ao Pacífico, devolver a Ásia aos asiáticos. Projeto imperialista japonês, em que a Nova Zelândia e a Índia foram incluídas também como áreas de influência japonesa. (SARAIVA, 2007).

Em 1937, Tóquio entrou em um conflito aberto com Pequim, tornando Nanquim a primeira cidade a ser atacada pelo exército japonês, deixando um rastro de destruição, violência, brutalidades dos ataques e estupros públicos. A Comunidade Internacional condenou o Japão pelos ataques cometidos, mas pouco puderam fazer, visto que o Império japonês era considerado, nesse período, um dos países que poderia liderar uma nova ordem mundial junto com os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (SARAIVA, 2007).

Azenha (2017) afirma que, após a forte crítica internacional, o Sistema de Conforto<sup>5</sup> surgiu como maneira de mobilização para o recrutamento de mulheres com a finalidade de servirem como prostitutas às Estações de Conforto, às quais surgiram na Manchúria em 1932. Após a invasão e a ocupação japonesa, as tropas foram sempre acompanhadas por prostitutas. (ARGIBAY, 2003).

Como bem ressalta Argibay (2003), o Sistema de Conforto consistia na escravidão sexual de mulheres, e, apesar de violar a lei internacional, foi considerada uma solução necessária para restaurar a honra do país e do exército japonês, após ficarem com a sua imagem internacional manchada, devido ao massacre de Nanquim. Por isso, inevitavelmente, depois do Estupro de Nanquim, essas estações se tornaram instalações para a escravidão sexual.

---

<sup>5</sup> Sistema criado como forma do Japão controlar estupros que aconteciam em territórios conquistados. Yuki Tanaka (2002) descreve o Sistema de Conforto como: “o maior e mais elaborado sistema de tráfico de mulheres na história da humanidade, e um dos mais brutais”.

### 2.2.2 Segunda Guerra Mundial e o Sistema de Conforto

Em 7 de dezembro de 1941, o governo japonês decidiu atacar Pearl Harbor, uma base naval dos EUA, no Havaí, marcando a entrada dos japoneses e estadunidenses na guerra europeia, tornando o conflito de escala mundial: iniciava-se a Segunda Guerra Mundial. Para o Império japonês, a grande Ásia se completaria somente após o ataque à base americana. (SARAIVA, 2007). Como traz Argibay (2003), com o começo de uma guerra mundial, o Japão necessitou recrutar saudáveis jovens coreanas para trabalhar como prostitutas nas Estações de Conforto (a Coreia se encontrava sob o domínio do grande Império japonês desde 1910).

Como evidencia Sarah Soh (2008), as mulheres recrutadas foram forçadas a oferecer serviços sexuais diários, submetidas às injeções de ópio e alucinógenos, que funcionavam como forma de facilitar o abuso sexual. Jovens provenientes da China e do Sudoeste asiático também foram intimadas a servirem ao exército japonês, e o recrutamento dessas jovens operou através de falsas promessas de trabalhos, como o de enfermeira e de empregada de fábricas japonesas, com o falso discurso de tirá-las das condições precárias de pobreza em que se encontravam. Argibay (2003) menciona que, além de rapto e de ameaças, também outros métodos persuasivos foram utilizados, como o de propaganda enganosa do termo “Mulheres de Conforto”, em que as jovens genuinamente acreditaram que iriam trabalhar para animar e entreter os soldados.

Juntamente com o final da Segunda Guerra Mundial, quando os EUA lançaram bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki em 1945, a Coreia voltou a ser independente. Entre 1946 e 1948, ocorreram julgamentos em que os líderes do Japão foram criminalmente julgados pelos atos cometidos durante a guerra. Entretanto, entre os réus não se encontraram os responsáveis pelas “Estações de Conforto”, visto a falta de provas de que essas estações funcionavam como um sistema de escravidão sexual. (ARGIBAY, 2003).

Adicionalmente, Seul sendo um país modelado por valores familiares tradicionais, fez com que as mulheres coreanas ficassem suscetíveis de serem condenadas ao ostracismo. (CHUNG-HEE, 2017). Muitas dessas mulheres preferiram ficar onde estavam, a ter que voltar ao seu país e enfrentar a crítica da sociedade, conforme evidenciado no relato da vítima Ha Sang-Suk no documentário *Comfort Women, One Last Cry*.

Eu fui trazida com meu cabelo longo trançado. As garotas mais velhas do bordel diziam “Oh, não. Eles trouxeram uma garota tão nova”, elas diziam “Ela ainda está verde, eles trouxeram um bebê”. Eu não tinha ideia do que elas queriam dizer. Ainda

era imatura. Elas estão todas mortas, essas garotas mais velhas todas já morreram. Eu queria que elas estivessem vivas, elas já faleceram. No seu leito de morte, elas me pediram para viver e contar ao mundo o que o Japão fez conosco; as coisas horríveis que eles nos obrigaram a fazer nos bordéis; todas as coisas erradas. O Japão cometeu um pecado contra as pessoas da Coreia por 36 anos. Eu nem mesmo escrevi para minha família desde que fui tirada de casa. O que eu fui forçada a fazer aqui não é algo para me orgulhar. Imagine o coração partido da minha mãe se ela descobrisse o que aconteceu comigo. (PARK, 2013).

Este é só um exemplo das atrocidades perpetradas por esse fatídico evento da história da humanidade. Ele se vincula às relações entre Japão e Coreia do Sul, principalmente no que tange ao sentimento de compensação histórica que, até os dias atuais, ainda se apresenta como inacabado, e influencia, direta ou indiretamente, as relações internacionais de ambos os países. Adicionalmente, como apresentado na continuação, outras formas de opressão japonesa são brevemente analisadas.

### **2.3 A mão de obra coreana durante a Segunda Guerra Mundial**

Desde a invasão japonesa na Manchúria (1931), o Império japonês intensificou as forças trabalhistas coreanas existentes que surgiram após a anexação do território (PALMER, 2013), e as indústrias japonesas rapidamente se expandiram ao norte da Coreia. Com a Segunda Guerra Sino-Japonesa, o Norte da Coreia passou por outro processo de intensificação da industrialização e urbanização. Dessa forma, a mão de obra coreana passou a ser, nesse período, excepcionalmente necessária, não somente na Coreia, mas também nas ilhas japonesas, que passaram por uma escassez de mão de obra em 1939 e, com isso, precisaram dos coreanos para manter os níveis de produção. (PALMER, 2013).

Outrossim, após o ataque militar japonês aos EUA em 1941, milhares de cidadãos japoneses se juntaram às forças armadas na guerra. O Japão necessitou ainda mais utilizar do trabalho braçal da população de suas colônias, a fim de manter a sua indústria viva e estável durante a Segunda Guerra Mundial, além da produção dos suplementos necessários para a guerra. Dessa forma, a colônia coreana mobilizou, entre 1937 até 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, um total de 4,1 a 7 milhões de trabalhadores dentro da Coreia, e mais de um milhão no Japão e no Pacífico Sul. (PALMER, 2013).

Posto isso, as políticas trabalhistas do governo japonês se tornaram ativas e intervencionistas, e ficaram diretamente ligadas ao movimento ideológico de japonização (*Kominka*), que consistia no processo de assimilação da cultura japonesa, e apagamento da identidade cultural de suas colônias, presente, por exemplo, na narrativa criada de que os

coreanos seriam “guerreiros industriais” (*sangyo senshi*), assim como os japoneses, com o propósito de servir e cumprir com os seus deveres com o Império, na luta para manter a honra e glória do Japão. Com *slogans*, como o de “Unidade Coreia-Japão” (*nai-sen ittai*), o Japão estabeleceu um laço de irmandade entre os dois países, como forma de mobilizar a mão de obra.

Portanto, em 1938, em resposta à escalada na guerra com a China, o Japão formulou a Lei de Mobilização Nacional, com o intuito de recrutar trabalhadores, regular os empregos e a gestão trabalhista, intervir em disputas trabalhistas e criar um banco de dados de habilidades profissionais da população e de treinamento de trabalhadores qualificados, tudo dentro de uma mesma estrutura legal aplicada aos japoneses. Assim, a lei se fez vigente para todos. (NAKANO, 1997).

Apesar da Lei de Mobilização Nacional vigorar para o Japão e as suas colônias da mesma forma, a sua aplicação divergiu por causa da economia dos países. Enquanto na Coreia a lei visou a população rural, no Japão a lei foi destinada à população urbana. Brandon Palmer (2013) destaca que 80% da força de trabalho industrial na Coreia foi originária do campo. Além de que, enquanto as mulheres japonesas foram sujeitadas à lei, as mulheres coreanas não, pois não possuíam nenhum conhecimento técnico para ser útil às indústrias.

Dessa maneira, o autor destaca que as leis acabaram sendo implementadas de forma “bastardizada” e “fragmentada”, por causa das diferenças entre as economias. A missão do governador-geral Minami Jiro em 1938, era de então transformar a Coreia em uma “base de abastecimento militar avançada” (*zenshin heitan kichi*), para a expansão agressiva do Japão no continente. (NAKANO, 1997). O recrutamento de mão de obra possuía três métodos: o recrutamento dirigido pela empresa, o recrutamento dirigido pelo governo e o recrutamento por meio de trabalho forçado.

O Recrutamento Dirigido pela Empresa (RDE) é considerado a primeira fase do recrutamento em que as empresas ficaram responsáveis por contratar os trabalhadores coreanos de forma direta ou indireta, com a supervisão do governo. (PALMER, 2013). Esse primeiro tipo de recrutamento foi uma medida de continuação das práticas já existentes no país, em que, de forma direta, as empresas contrataram os empregados sem intermediários, por meio de anúncios em jornais, folhetos ou conexões familiares com os funcionários da época, por exemplo. (PARK, 1999).

De forma indireta, o recrutamento funcionou com a ajuda de intermediários, como policiais e escritórios de trabalho, que ajudaram as empresas a encontrarem pessoas capacitadas por meio da persuasão, pressão e ludibriação, com falsas promessas de salários

altos, mentiras sobre a natureza do trabalho e garantia aos trabalhadores de que o ambiente de trabalho era seguro, e que por muitas vezes esses recrutadores possuíam apoio do Governo para garantir a cooperação da população. (PALMER, 2013).

Conforme o RDE se mostrou ineficiente, tanto para atender à demanda necessária de mão de obra para as indústrias e minas na Coreia e no Japão, como ao fato de que essas empresas não poderiam exercer força coercitiva para obrigar essas pessoas a assinarem o contrato (além do alto custo para manter esse tipo de recrutamento), o Governo decidiu se responsabilizar a ter um papel mais ativo.

Surgiu, então, o Recrutamento Dirigido pelo Governo (RDG), assumindo maior envolvimento burocrático no recrutamento, em que as empresas solicitaram trabalhadores ao Governo e, assim, foi checado se havia mão de obra disponível no registro de trabalhadores criado em 1939, em que todos os trabalhadores e recém-formados eram obrigados a se registrar. Inicialmente, o Governo obrigou todos os homens entre 18 e 40 anos. (PALMER, 2013).

O RDG funcionou através das agências de emprego, a partir da nacionalização em 1940 de escritórios de recrutamento, e da Associação Coreana de Assistência ao Trabalho, com o intuito de auxiliar o regime colonial através da coleta de informações de recém-formados e desempregados para as indústrias japonesas. Conseqüentemente, o Governo conseguiu despachar essas pessoas para as áreas necessitadas.

Por meio desse sistema, o Japão viu um aumento de 12.000 trabalhadores em 1937, para 50.289 em 1942. (PALMER, 2013). Pode-se constatar que, em comparação com o primeiro método, o recrutamento por meio do RDG foi mais eficaz, pois os recrutadores poderiam utilizar a força da lei para mobilizar a mão de obra para as construções de obras públicas, estaleiros, minas, fortificações defensivas e exército. (PALMER, 2013).

Apesar de ser mais eficaz que o primeiro modelo implementado, o RDG não conseguiu cumprir plenamente com as necessidades da indústria japonesa, pois era somente um método de recrutamento. Não tinha capacidade de ter mecanismos legais que obrigassem a manter os trabalhadores em seus cargos. Por isso, o governo precisou criar outro método mais coercitivo, e que evitasse a evasão dos trabalhadores de seu emprego. (PALMER, 2013).

Conseqüentemente, estabeleceu-se o trabalho por conscrição. Este já existia no Japão desde 1939, mas só foi estendido à Coreia após o ataque de Pearl Harbor em 1942, através da Lei de Conscrição de Trabalho. À medida que a Segunda Guerra Mundial se agravava, os japoneses sentiam ainda mais a necessidade de manter os trabalhadores em seus postos, e sentiam especialmente que os trabalhadores coreanos rurais não estavam contribuindo de

forma satisfatória. Por isso, o recrutamento tornou-se uma forma de explorar os recursos do trabalhador rural. (PARK, 1999).

A partir desse novo método, o regime colonial obteve total controle sobre todos os aspectos do trabalho, e os trabalhadores recrutados foram considerados funcionários nacionais: não podiam sair ou mudar de emprego sem a permissão do Governo. Assim que foi instaurado, a lei só foi aplicada originalmente a homens entre 20 e 35 anos, mas, com o agravamento da guerra, foi estendida para incluir homens entre 13 e 50 anos. (PALMER, 2013).

Destarte, fica entendido que até 1944, quando a lei foi totalmente implementada na Coreia, o recrutamento de mão de obra coreana dentro da Coreia era conduzido apenas por meio de recrutamento privado, sob supervisão do Governo, e do recrutamento por meio da mediação do Governo. No entanto, depois de 1942, a Lei de Recrutamento de Trabalho passou a ser aplicada de forma fragmentada. Os recrutadores passaram a ter respaldo legal para utilizar maneiras coercitivas para mobilizar essas pessoas, como o uso da persuasão ao assinar contratos, em que policiais e recrutadores enganaram pessoas sem instruções, forçando-as a assinar contratos sem revelar todos os detalhes, ou o uso da força para fazer pessoas analfabetas assinarem contratos que não sabiam ler. (NAKANO, 1997).

Como mencionado anteriormente, também se utilizaram de falsas promessas para atrair homens para as indústrias, com juramentos de salários mais altos, de educação para conseguir trabalhos melhores e condições seguras no ambiente laboral. Além dessas táticas mencionadas, o Governo também se utilizou de ameaças de aprisionamento, caso não aceitassem o trabalho, e de sequestros para mobilizar a força necessária de homens para as indústrias japonesas. (PARK, 1999). Kamata Sawaichirō, agente de recrutamento japonês na Coreia durante a guerra, em seu relato no livro de Shiota, publicado pela *The Japan Interpreter*, em 1971, intitulado *Pessoas “roubadas”: os coreanos na Segunda Guerra Mundial*, afirmou que:

Era inútil esperar que um número adequado de coreanos se oferecesse como voluntário para se tornarem membros da força de trabalho no Japão. Então, o que os escritórios locais de trabalho japoneses poderiam fazer era esperar até que as famílias estivessem dormindo e então, no meio da noite, eles atacariam as casas onde viviam os trabalhadores do sexo masculino em potencial. Outro método era enviar caminhões para os campos e carregá-los com pessoas que não faziam ideia do que estava acontecendo com elas. Quando uma certa força de trabalho capturada era reunida, os coreanos eram enviados para as minas em Hokkaido ou Kyushu. Dessa forma, os escritórios locais de trabalho na Coreia conseguiam cumprir com a responsabilidade do recrutamento de mão-de-obra. (SHOBEI, 1971).

Ademais, as condições reais de trabalho que os coreanos enfrentaram em minas, indústrias e no exército, amplificaram ainda mais o sentimento de injustiça que eles nutriam por toda a situação. Na maioria dos casos, os trabalhadores receberam salários mais baixos, trabalharam mais horas e tiveram tarefas mais exigentes do que as prometidas pelos recrutadores. (PALMER, 2013).

Outro ponto que despertou o sentimento de insatisfação da antiga colônia foi a diferença de tratamento entre os trabalhadores coreanos e japoneses. A discriminação ética estava presente, e os coreanos foram tratados como cidadãos de “segunda classe”. Muitas empresas consideraram-nos menos produtivos e menos confiáveis do que os trabalhadores japoneses. Foram utilizados como um produto para serem explorados e depois descartados, caso apresentassem falhas, se fossem feridos ou improdutivos. Brando Palmer (2013) cita em sua obra que, nos campos de carvão de Chikuhō, estima-se que os trabalhadores coreanos tiveram 20% mais chances de morrer no trabalho do que os seus colegas japoneses.

Além da discriminação étnica, as empresas praticavam – com a conivência do Império – a prática de poupança forçada, em que retinham o salário dos trabalhadores em contas bancárias autorizadas pelo Governo até o final do período do contrato. Dessa forma, garantiam que os empregados contribuíssem financeiramente para a construção do Império, e continuassem trabalhando para as empresas japonesas. Entretanto, as condições de trabalho eram tão precárias, que muitos preferiram desertar sem receber o dinheiro antes do contrato terminar. Com o final abrupto da Segunda Guerra Mundial, as contas foram congeladas pelo Governo japonês, e muitos trabalhadores nunca receberam o dinheiro de suas contas, questão essa que ainda é muito sensível nas relações de ambas as Coreias com o Japão. (PALMER, 2013).

Em suma, o período em que a Coreia pertenceu ao Império japonês ainda é um tópico de bastante vulnerabilidade e complexidade, e as mazelas do período de domínio japonês ainda não se encontram cicatrizadas, uma vez que trabalhadores e mulheres escravizados nunca receberam um pedido de desculpas oficial por parte do Japão.

A lembrança histórica coreana da era colonial é dominada por um sentimento de *han*<sup>6</sup>, já que para muitos não houve solução para os erros históricos cometidos pelo Japão durante a guerra: aos trabalhadores que serviram para o Japão, e ainda não conseguiram obter acesso ao seu dinheiro; aos ex-soldados, aos quais são negados benefícios de veterano semelhantes aos

---

<sup>6</sup> *Han* é um sentimento atribuído à longa história do país como colonizado, caracterizado como uma aceitação coletiva do sofrimento combinado com um desejo silencioso de que as coisas fossem diferentes. Possui o significado de tristeza e esperança, ao mesmo tempo. (SMITH, 2016).

que o Governo japonês oferece aos veteranos japoneses; as vítimas coreanas da bomba atômica, que não receberam benefícios que foram fornecidos às vítimas japonesas; e as mulheres escravizadas, que continuam em sua luta para obter uma compensação adequada. (PALMER, 2013).

Tóquio, por outro lado, mantém a sua declaração de que todos os assuntos foram legalmente resolvidos com o Tratado de Normalização (1965). Entretanto, no quarto capítulo, é possível perceber que o dinheiro das compensações foi utilizado, em sua maioria, para construir indústrias e “infraestrutura”, sem uma compensação mínima às vítimas. (NAKANO, 1997). Desse modo, cria-se um imaginário de que o Tratado de Normalização não absolveu o Japão de todas as reivindicações do pós-guerra feitas contra o seu Governo, e que um ajuste de contas ainda está colocado na ordem do dia, uma vez que as próprias vítimas ainda continuam travando uma batalha por justiça.

### **3 CAMINHOS PARA A NORMATIZAÇÃO EM MEIO À GUERRA FRIA**

Este capítulo possui em um primeiro momento, o objetivo de analisar o final da Segunda Guerra Mundial, pois é importante para compreender a futura divisão da Coreia em dois países distintos. Logo, preocupa-se em analisar a Guerra das Coreias, os seus impactos para a Coreia do Sul e o porquê da forte atuação dos EUA no conflito.

Posteriormente, discute-se a criação do “Sistema de São Francisco”, e a sua relevância para a existência futura do Tratado de Normalização. Por último, faz-se um aparato histórico do cenário internacional e doméstico do período em que se formalizou o acordo entre os dois Estados, para poder permitir que haja uma melhor assimilação de sua influência e razão de sua existência.

#### **3.1 Fim da Segunda Guerra Mundial e o começo de um mundo bipolar**

Como encontrado na Declaração de Cairo, em dezembro de 1943, os Três Grandes Aliados (China, EUA e Inglaterra) firmaram o compromisso de conter a ofensiva japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, com o propósito de despojar o Japão dos territórios roubados da China, como Manchúria e Taiwan, além da determinação de que, ao conquistar a vitória e rendição incondicional do império japonês, a Coreia se tornaria livre e independente (THE CAIRO CONFERENCE, 1943).

Dentro desse contexto, a União Soviética passa a ser considerada um ator externo importante na história da Coreia, ao integrar o pacto em agosto de 1945, após os ataques comandados pelo General Douglas MacArthur em Hiroshima e Nagasaki. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). Com a rendição incondicional do Japão em 2 de setembro de 1945, os quatro países aliados iniciam uma tratativa acerca da Península Coreana, institucionalizando a Conferência de Moscou, de 1945. Consoante aos documentos oficiais, foi estabelecido que para a Coreia se tornar um país independente, primeiramente seria necessário a criação de um Governo Provisório. Assim, o país poderia desenvolver princípios democráticos para auxiliar na formação de um Governo Provisório. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1945).

Estabeleceu-se uma Comissão Conjunta, em que os EUA ficaram responsáveis pelo território do Sul da Península Coreana, e os soviéticos pelo território Norte do país, demarcado pelo Paralelo 38. Além disso, todas as propostas deveriam ser consultadas com os partidos democráticos coreanos e organizações sociais, e as recomendações dos países deveriam ser apresentadas para os quatro países – China, EUA, Inglaterra e URSS –, antes de qualquer decisão final dos dois Governos Provisórios (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1945).

Por fim, foi estipulado um prazo de cinco anos de duração do projeto tutelar; entretanto, conforme exposto em *The Korean War: The Story and Photographs*, de Goldstein e Maihafer (2000), a Comissão Conjunta entre os dois países não conseguiu chegar a um acordo sobre o funcionamento e detalhes do Governo Provisório a ser implantado durante as reuniões de 1946 e 1947. Como consequência, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi convocada para mediar as negociações, constituindo uma resolução para uma eleição com a sua supervisão.

Ademais, os autores argumentam que, com o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS não possuíam mais objetivos em comum, pois a cooperação entre os dois Estados se tratava de uma aliança baseada no ditado popular: “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Assim, com a derrocada da Alemanha nazista e do Japão, o cenário para uma cooperação harmoniosa era bastante improvável.

Em agosto de 1948, após o bloco soviético barrar que representantes da ONU realizassem a eleição no Norte do país, Syngman Rhee foi eleito o primeiro presidente da República da Coreia, e o Governo Militar temporário norte-americano foi extinto do lado Sul. Em setembro de 1948, do outro lado da península, os soviéticos constituíram a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), nomeando Kim Il-Sung como presidente, marcando o período inicial da Guerra Fria. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

### 3.2 Guerra das Coreias

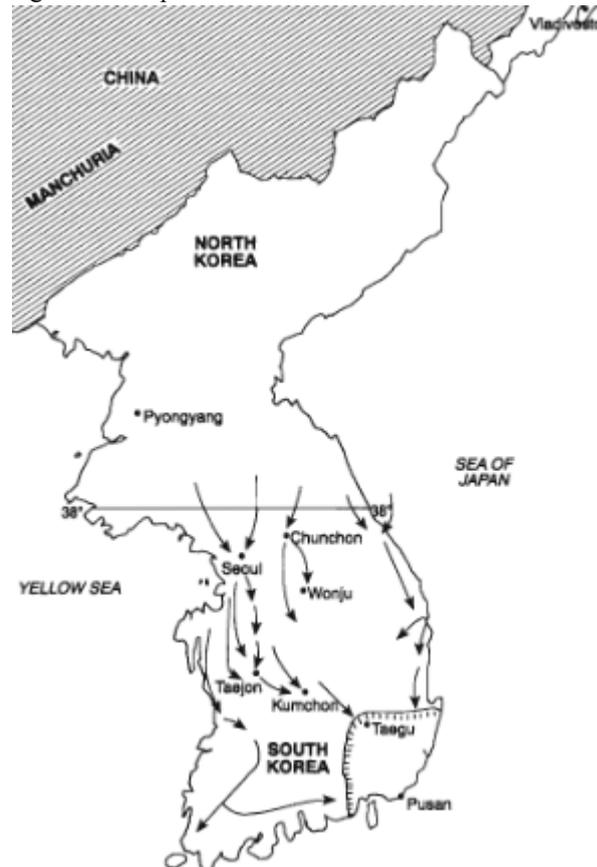
Com a ascensão de dois Governos distintos, Syngman Rhee e Kim Il-Sung clamaram que apenas o seu respectivo Governo fosse o único instituído de forma legal. Ambos possuíam o objetivo de reunificar a Coreia, por isso, após um ano de provocações, em 25 de junho de 1950, a RPDC fez uma ofensiva contra a República da Coreia. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

Com base nos dados obtidos pelo Governo Truman, as duas Coreias possuíam um exército com quase o mesmo número de soldados: de um lado, a Coreia do Norte possuía uma força de 94.370 homens; do outro, a Coreia do Sul possuía uma força de 87.500 homens. (CUMINGS, 2010). Entretanto, Bruce Cumings argumenta em *The Korean War: History*, que os dados obtidos pelos EUA não consideraram a experiência superior de batalha dos norte-coreanos, especialmente devido à sua participação na guerra civil chinesa, além do contingente bélico que obtinham, com um total de 150 tanques soviéticos T-34, e uma força aérea de 70 caças e 32 bombardeiros.

À vista disso, a Coreia do Norte obteve sucesso na sua ofensiva (Figura 3), atacando de surpresa os soldados do Sul, a fim de avançar a sua tropa em pouco tempo, até o território Norte de Seul, o que fez com que, em 27 de junho de 1950, o exército da Coreia do Sul mudasse para o Sul de Seul, sem contar aos seus aliados americanos. (CUMINGS, 2010). Os soldados sul-coreanos fugiram diante das tropas do Norte por diversos fatores, como a sua relativa falta de poder bélico, o seu treinamento deficiente e a impopularidade do Governo Rhee. (CUMINGS, 2010).

Ademais, de acordo com documentos soviéticos, Pyongyang planejou escalar o conflito para uma guerra convencional meses antes de junho de 1950, com a esperança de derrubar o Governo de Syngman Rhee. (CUMINGS, 2010). Concomitantemente, os EUA, juntamente com a Coreia do Sul, possuíam o mesmo objetivo de reunificação do país, com a ONU apenas reconhecendo Rhee como o único governante legítimo da Coreia. (CANADÁ, 2008). Cumings (2010) destaca que uma semana antes da ofensiva norte-coreana, John Foster Dulles, embaixador e a escolha republicana para Secretário de Estado, visitou Seul e o Paralelo 38, e que, durante a sua visita, pontuou a importância de um ataque à Coreia do Norte.

Figura 3 – Mapa da Invasão da Coreia do Sul



Fonte: Goldstein e Maihafer (2000, p. 35).

O colapso da República da Coreia alarmou os Estados Unidos, e fez com que o país entrasse fortemente na guerra. Na mesma noite do ataque, o Secretário de Estado, Dean Acheson, decidiu levar a questão política coreana para o âmbito da ONU, e certificou a presença de forças aéreas e terrestres americanas no conflito. Não era apenas uma questão da importância geopolítica da Coreia no continente asiático, pois os EUA entenderam o ataque surpresa norte-coreano como uma afronta ao prestígio do país, e a credibilidade americana estava, portanto, em jogo. (CUMINGS, 2010).

Steven Hugh Lee (1995) elucida que, quando a Coreia do Norte lançou a sua ofensiva contra o Sul, a nação estadunidense acreditou que a União Soviética era a principal força motivadora por trás do ataque, interpretando que a investida possuía influência soviética, e que Stalin estava empenhado em dominar o mundo. (LEE, 1995). Por conseguinte, Truman expandiu os programas estadunidenses de ajuda militar e econômica em escala global.

Na Ásia, Truman intensificou o seu esforço para estabelecer parceiros pró-ocidentais de contenção na Coreia, e, adicionalmente, no Vietnã. (LEE, 1995). Com a interferência norte-americana sendo amplamente apoiada pelos seus aliados, os EUA conseguiram acionar

com êxito o Conselho de Segurança para uma intervenção imediata, com o intuito de repelir o ataque e restaurar a paz internacional na região. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

Dessa forma, a ONU instaurou uma intervenção militar e recomendou que todos os membros fornecessem forças militares e assistência: países como Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia se colocaram ao lado dos objetivos americanos de enfrentar a agressão soviética e aumentar o prestígio ocidental na Ásia. A agressão soviética foi vista pelos norte-americanos como um imperialismo agressivo, e os países aliados estavam dispostos a ensinar aos comunistas uma lição de “segurança coletiva”. (LEE, 1995).

Não obstante, pelo fato de a Europa Ocidental ser considerada o continente mais importante para a manutenção do poder global e manutenção do novo *status quo* dos EUA, após o conflito coreano, os norte-americanos ficaram receosos de que um possível fracasso na Coreia resultasse em um efeito dominó, e representasse também um fracasso da sua hegemonia na Europa Ocidental, encorajando o expansionismo soviético no continente e, conseqüentemente, ocasionando perda da sua posição como novo Estado-líder do Sistema Internacional. (CALDER, 2004).

Por causa disso, as políticas de contenção no Extremo Oriente passaram a ser associadas com as estratégias de contenção para a Europa, como o plano Marshall, que incluía o Japão como um dos países em que a ajuda financeira era destinada. Por fim, Lee (1995) destaca que os estadunidenses também possuíam interesses econômicos e estratégicos nas Filipinas e em Taiwan, como parte na luta por hegemonia na Ásia.

No decorrer de julho, as tropas estadunidenses, da ONU e sul-coreanas, já haviam superado em número as tropas norte-coreanas, e graças a uma pausa de uma semana do exército de Kim Il-Sung, o general MacArthur conseguiu estruturar uma linha de defesa forte o bastante para conter os avanços do inimigo comunista. (CUMINGS, 2010). Todavia, apesar da desvantagem numérica, os norte-coreanos obtiveram certo sucesso no final de agosto: o general Pang-Hosan e o seu exército cruzaram o rio Naktong, a fim de tomar as cidades de Masan e Busan, e conquistaram Pohang e Jinju. (CUMINGS, 2010). Em setembro, MacArthur evacuou as tropas da Coreia do Norte, e começou a sua ofensiva contra os comunistas, decisão essa que contou com o apoio dos aliados estadunidenses. (LEE, 1995).

A República da Coreia se colocou totalmente alinhada à política mais agressiva dos EUA, e exigiram a erradicação completa do comunismo norte-coreano. Os representantes do Governo de Syngman Rhee não apresentavam temor diante da possibilidade de uma guerra prolongada com a participação da RPDC, apoiando o enfrentamento contra qualquer grupo comunista que ameaçasse a Península Coreana. (LEE, 1995).

Em 22 de novembro de 1950, o general norte-americano MacArthur, líder da missão de intervenção da ONU, enviou uma mensagem para Zhou Enlai, Primeiro-Ministro chinês, avisando sobre o ataque e garantindo que a força da ONU não possuía a menor pretensão de iniciar um ataque hostil contra a China, e que a fronteira da nação chinesa não seria violada. (LEE, 1995).

MacArthur tinha garantido, também, ao Presidente Truman, que os EUA poderiam ficar tranquilos em relação à entrada da China na guerra, pois não detinham Força Aérea, e caso tentassem descer para Pyongyang, aconteceria um massacre. (LEE, 1995). Destarte, em 24 de novembro, após MacArthur decidir conquistar a capital norte-coreana, a China atacou as posições da ONU e da Coreia do Sul em 26 de novembro de 1950, com uma força total de cerca de 200.000 homens (LEE, 1995): a guerra das Coreias adentrou em uma nova fase.

Ademais, Lee (1995) afirma que as ações da China na Coreia geraram implicações na forma que os EUA decidiram conduzir a sua política em relação à Ásia. Na fase inicial da missão americana, a sua política era baseada no *rollback*, na ideologia de que a Coreia do Norte, Estado considerado satélite de Moscou, deveria ser eliminado militarmente e substituído por uma Coreia unificada pró-ocidental e anticomunista. Mas, a partir da participação chinesa na guerra, os EUA adotaram uma política de contenção menos ameaçadora e agressiva. (LEE, 1995).

Os anos de 1951 a 1953 foram marcados por batalhas incansáveis, no qual os dois lados revezavam o domínio quase total da península, nunca chegando a garantir a conquista de todo o território. (CUMINGS, 2010). Em 10 de julho, com Dwight D. Eisenhower no poder, o General Harrison, representante da força da ONU e da Coreia do Sul, e o General Nam Il, representante do Norte, chegaram a um consenso, assinando um armistício em 27 de julho de 1953, em que nenhum dos lados saíam vitoriosos do conflito. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). A guerra deixou cerca de 111.000 sul-coreanos mortos, 106.000 feridos e 57.000 desaparecidos; do lado norte-americano as mortes totalizaram em 6.954, 13.659 feridos e 3.877 desaparecidos; já o número de feridos, mortos e desaparecidos norte-coreanos não são conhecidos. (CUMINGS, 2010).

### **3.3 O Sistema de São Francisco**

O Sistema de São Francisco foi pensado no início da Guerra das Coreias, logo quando a China adentrou o conflito no final de novembro de 1950. Os EUA possuíam a ambição de estabilizar uma Ásia não comunista e, ao mesmo tempo, tentavam evitar que países asiáticos

sucumbissem à atração econômica chinesa. Portanto, em 6 de setembro de 1951, 49 nações se reuniram na Califórnia para concluir um tratado de paz da Segunda Guerra Mundial, com o Japão. (CALDER, 2004). Desse modo, essa seção procura compreender a formulação desse sistema, e o porquê da Coreia do Sul, país aliado, não participar do tratado como um Estado-membro, mantendo um afastamento do Japão, apesar dos esforços norte-americanos.

Min Ye (2008) esclarece que, em um primeiro momento, o plano dos estadunidenses era de criar um Pacto do Pacífico, organização que teria um propósito análogo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com o intuito de promover uma segurança coletiva para o Nordeste da Ásia. No entanto, o começo repentino da Guerra da Coreia criou a necessidade de estabilizar a região de forma rápida, para atender aos interesses e preocupações domésticas dos EUA, e a institucionalização do Sistema de Francisco atendia aos interesses de Washington. (YE, 2008).

Marius Jansen (2000) discute sobre a transformação geopolítica que o continente asiático vivenciou devido ao Sistema de São Francisco. O autor relata que o acordo renovou os laços japoneses com o Sudeste asiático, promoveu um afastamento nas relações sino-japonesas, e garantiu a consolidação dos laços bilaterais entre Japão e EUA. (JANSEN, 2000).

Calder (2004) apresenta a discussão sobre os malefícios e benefícios que o acordo de 1951 acarretou para o Japão. Ele aponta que a escola revisionista entende que o Sistema posicionou o Japão em um lugar de subjugação em relação aos EUA, pois o Japão se subordinava à hegemonia norte-americana, perpetuando as bases militares da era da ocupação americana. Em contrapartida, Calder (2004) descreve que diplomatas, políticos conservadores e historiadores não revisionistas entendem o tratado de 1951 por uma lente mais positiva, afirmando que o acordo foi responsável por abrir o caminho para a recuperação econômica japonesa. (CALDER, 2004).

Destarte, os EUA, em meio à urgência da guerra na Península Coreana, visaram fortalecer o laço de seus aliados do pacífico com o Japão por meio de um sistema bilateral, envolvendo uma cooperação internacional menos ambiciosa do que a formulada para o Pacto do Pacífico, marcando o retorno da nação nipônica à Comunidade Internacional, e fazendo do Japão o pivô de uma coalização anticomunista na Ásia. (YE, 2008).

Em suma, o acordo foi indispensável para que os países concentrassem os seus recursos na reconstrução econômica; em troca, os EUA conseguiam conter o comunismo, criando o cenário perfeito para o capitalismo se expandir na Ásia-Pacífico. Por outro lado, o Tratado absolveu a responsabilidade do Japão de pagar reparações pelos crimes de guerra aos

aliados americanos na Ásia, além de não resolver as várias disputas territoriais que os Estados aliados travavam com o Japão. (YE, 2008).

Desse modo, Calder (2004) enfatiza que vários Estados do continente asiático se opuseram ou apresentaram reservas formais ao tratado de paz com o Japão. Dentre eles, o autor cita a Índia, a Indonésia, a Birmânia, as Filipinas – que protestou fortemente contra a falta de reparações do Japão –, e a própria Coreia do Sul, que possuía uma relação bastante fragilizada, em virtude dos crimes de guerra durante a Segunda Guerra Mundial.

Desses Estados citados, apenas a Indonésia e Filipinas acabaram assinando o Tratado de São Francisco em 1951. (ONU, 1951). A Coreia do Sul manteve a sua posição inflexível, e o presidente Syngman Rhee contribuiu bastante para o sentimento nacional anti-japonês. (GLASSMAN, 2018). Apesar da forte oposição de alguns de seus aliados, os EUA conseguiram criar na Ásia uma forte coalizção anticomunista para se equilibrar contra a União Soviética e a China. (YE, 2008).

### **3.4 O Cenário para o Tratado de Normalização (1965)**

O cenário pós-guerra na Coreia do Sul era devastador, onde a destruição e o sofrimento humano causados pelo combate eram tantos, que os sul-coreanos se encontravam em uma economia de subsistência. Parte do motivo da extrema pobreza do lado Sul da Península Coreana pode ser entendida através da separação, uma vez que a base industrial desenvolvida no período colonial se encontrava em sua maioria no lado Norte da península. (GLASSMAN, 2018).

Em meio a esse cenário, Syngman Rhee adotou o modelo estratégico de Industrialização por Substituição de Importação (ISI). Segundo Baer e Amman (2009), o modelo ISI defendia a alta proteção da economia através de tarifas de importação e barreiras não-tarifárias. Na Coreia do Sul, Syngman Rhee se utilizou desse sistema, juntamente com uma quantidade considerável de clientelismo e nepotismo, além da assistência econômica e militar que extraía dos EUA. (GLASSMAN, 2018).

Saraiva (2019) destaca que entre 1953 e 1960, a ajuda econômica representou cerca de 10% do Produto Nacional Bruto (PNB) anual, com os recursos externos financiando cerca de 70% das importações e 74% do investimento total. Dessa forma, é possível concluir que a ajuda financeira, vinda majoritariamente dos EUA, desempenhou um papel central na reconstrução da nação pós-Guerra da Coreia. (SARAIWA, 2019).

Em suma, o governo de Syngman Rhee foi marcado por ter começado o processo de industrialização do país, que tornaria a Coreia do Sul uma combinação de poderosas forças militares transnacionalizadas e de indústrias militarizadas limitadas. No entanto, as implicações da Guerra das Coreias afetaram demasiadamente a imagem de Rhee, tornando-se amplamente odiado na sociedade coreana. (GLASSMAN, 2018). À vista disso, o país passou por uma grande transformação política, quando em março de 1960, após as eleições para presidentes – que resultou na vitória de Rhee –, estudantes alegaram que o processo tinha sido fraudado, começando uma onda de protesto em Masan, localizada na província de Gyeongsang. (AMSDEN, 1989).

Em meio à violência iniciada pelos policiais que começaram a disparar tiros contra os protestantes, o jovem Kim Ju-Yul foi encontrado morto duas semanas depois do ocorrido, no porto de Masan. Tal fato foi o estopim para que em abril estourassem grandes ondas de protestos na capital sul-coreana, levando o país a um estado de anarquia, conduzindo ao fim da era de Syngman Rhee, em 19 de abril de 1960, quando foi deposto. (GLASSMAN, 2018).

Do ponto de vista econômico, o governo de Rhee foi marcado por avisos contínuos dos EUA e da ONU de que a ajuda econômica seria reduzida, preocupando o país que nessa época dependia desses empréstimos. A dependência da Coreia em importações ainda persistia, mesmo com a política de substituição de importações, e a taxa de crescimento econômico vinha desacelerando. (GLASSMAN, 2018). No setor da indústria, aproximadamente 44% das instalações construídas antes da guerra haviam sido destruídas, além da queda de mais de 50% do número de estabelecimentos da indústria de transformação, o declínio de 41% do nível de emprego e alta inflação, chegando em torno de 52,5% em 1953. (MOREIRA, 2013).

Entretanto, o ano final do Governo Rhee marca também a ascensão das empresas denominadas de *chaebols*<sup>7</sup>, ao começar uma relação simbiótica entre o Estado e os grandes grupos empresariais diversificados. (AMSDEN, 1989). Ademais, Rhee conseguiu lograr alguns feitos positivos, sendo um desses logros a reforma agrária promovida por pressão dos EUA, que no contexto da Guerra Fria temia uma revolta comunista no país, caso a fome se agravasse ainda mais. De tal modo, Rhee cedeu à pressão norte-americana e formalizou uma distribuição de terras, o que resultou no aumento da produção de alimentos e na diminuição de pressões inflacionárias, gerando uma distribuição de renda mais igualitária. (SARAIVA, 2019).

Com o fim do governo de Syngman Rhee, Chang Myôn assumiu o poder em agosto de 1960, com um Governo Parlamentarista, obtendo a aprovação geral de grande parte da

---

<sup>7</sup> Conglomerados empresariais administrados por uma grande família. (SETH, 2021).

população coreana e dos formuladores de política externa dos EUA. (GLASSMAN, 2018). No entanto, os militares coreanos liderados por Park Chung-Hee, insatisfeitos com a sua incapacidade de criar projetos específicos de desenvolvimento e segurança, instituíram um golpe em 16 de maio de 1961, que acabaria por colocar a Coreia do Sul em um novo curso de desenvolvimento. (GLASSMAN, 2018).

Park era o oposto do que os seus antecessores defendiam, pois criticava a enorme dependência dos governos anteriores da ajuda financeira fornecida pelos EUA, e era assíduo defensor do desenvolvimento acelerado. (MINNS, 2001). Outra diferença latente entre Park, Rhee e Chang era a postura adotada em relação ao Japão. Park defendia uma reorientação da política externa sul-coreana em relação ao Japão, e nutria uma admiração pela cultura japonesa, tendo se formado com louvores na Academia Militar Imperial (AMIL) japonesa. (SARAIVA, 2019).

Com a ambição de levar o país a altos níveis de crescimento e profunda transformação industrial, Park Chung-Hee, na busca de atingir o seu objetivo, formulou a criação de Planos de Desenvolvimento, no qual o Estado iria desempenhar um papel de liderança, juntamente com uma política de concentração de mercado e seleção de empresas, que possuíam o intuito de trabalhar de forma conjunta com o Estado no processo de desenvolvimento do país. (LIMA, 2013). O 1º Plano Quinquenal (1962-1966) consistia em transformar a economia sul-coreana, que dependia dos empréstimos norte-americanos, em uma economia independente desses financiamentos. Para isso acontecer, o Governo prestou assistência às empresas básicas e investiu na melhora social e da infraestrutura coreana, tendo como foco principal a indústria leve, como, por exemplo, as de fertilizantes e de refino de petróleo. (LIMA, 2018).

Os planos quinquenais de desenvolvimento possuíam duração de cinco anos, e de acordo com Moreira (2013), foram fundamentais para o sucesso da economia coreana, em que Park encontrou na migração de uma política de ISI para uma política de crescimento liderada pelas exportações (*export-led growth*) a solução adequada para proporcionar ao país altos níveis de crescimento. A partir dos anos 1960, a Coreia do Sul passou a adotar uma estratégia política de desenvolvimento econômico baseada no *export-led*, com a responsabilidade de levar o país a um desenvolvimento produtivo extraordinário. (LIMA, 2018).

Como já mencionado, os EUA vinham reduzindo a assistência econômica fornecida para a Coreia do Sul, sendo um dos motivos centrais desta decisão a política dos gastos na Guerra do Vietnã. Seong (2016) faz um comparativo da redução da ajuda econômica fornecida de US\$ 320 milhões em 1958, para US\$ 190 milhões em 1961, sob o Governo do

Presidente John F. Kennedy. Desse modo, diante da necessidade de ajuda financeira para financiar os Planos de Desenvolvimento, juntamente ao desejo pessoal de Park Chung-Hee em traçar uma aproximação com o Japão (GLASSMAN, 2018), Park iniciou o processo de reaproximação com a nação nipônica, como modo de diversificar as relações econômicas e diminuir a dependência dos EUA.

A fase inicial da normalização das relações entre Coreia do Sul e Japão é caracterizada como um movimento lento por Glassman (2018), devido à resistência popular em ambos os países. O autor destaca que a conversa foi iniciada com o intuito de que o Japão ficasse responsável por assumir o ônus financeiro de aumentar o investimento e de fornecer ajuda para Seul. Entretanto, Glassman (2018) destaca que, em 1962, a discussão começou a acelerar devido às iniciativas de Park, e do estímulo do Governo norte-americano, através dos embaixadores dos EUA na Coreia do Sul e no Japão, Berger e Reischauer, respectivamente.

Os EUA pressionaram pelo reatamento da relação sul-coreana e nipônica desde a década de 1950, em que almejavam que a relação dos dois países causasse um estímulo natural para o crescimento na região asiática. No entanto, o antagonismo entre os dois países durante o Governo de Rhee tornava um acordo improvável. (GLASSMAN, 2018).

Com Park Chung-Hee à frente da Coreia do Sul, a situação tornou-se favorável, e o Governo de John F. Kennedy começou a pressionar de forma mais assídua. Os motivos por trás da postura irredutível dos norte-americanos em promover uma reaproximação se dava pelo aprofundamento dos EUA nas questões do Sudeste asiático, como o envolvimento na Guerra do Vietnã na sua luta contra a URSS pela hegemonia global. (GLASSMAN, 2018).

Alguns dos pontos importantes, discutidos na negociação que postergaram o acordo de normalização, foram a reivindicação dos coreanos para obter os direitos exclusivos de pesca da zona *Rhee Line*, a jurisprudência das ilhas de Dokdo/Takeshima (Figura 4), em que ambos os países clamaram fazer parte do seu território, e a conclusão de um consenso do valor das compensações históricas acerca dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, que deveriam ser pagas. (GLASSMAN, 2018).

O Japão barganhou, inicialmente, um valor de US\$ 50 milhões, mais uma concessão de US\$ 250 milhões em ajuda financeira. Como contraproposta, a Coreia do Sul pediu um valor entre US\$ 1 a 1,2 bilhões. Em 1965, os dois países chegaram a um acordo, e os valores acertados foram fechados em US\$ 300 milhões em assistência, US\$ 200 milhões em empréstimos do Governo japonês e US\$ 300 milhões em empréstimos não governamentais. (GLASSMAN, 2018). No que tangia à questão das ilhas de Dokdo/Takeshima, ambas as

partes não conseguiram chegar a um acordo, e Park Chung-Hee precisou prescindir das condições solicitadas para a conclusão de um pacto. (ODA, 1967).

Figura 4 – Mapa das ilhas de Dokdo/Takeshima



Fonte: South Korea Craves... (2023).

Assim, em junho de 1965, a Coreia do Sul e o Japão assinaram formalmente o Tratado de Normalização, com o propósito de solucionar, de forma imediata, o conflito histórico entre os dois países. Este imbróglio durou mais de 50 anos, desde o início da colonização coreana, em 1910, com os tratados desiguais assinados pela Coreia, até o final com os crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, como o trabalho escravo nas indústrias japonesas e o trabalho escravo sexual das mulheres de Conforto, anteriormente citados. Porém, é importante destacar que as sobreviventes, por outro lado, desconheciam sobre a existência desse acordo e não conseguiam regressar à Coreia, uma vez que a maioria das mulheres de Conforto se encontravam na China. (AZENHA, 2017).

A sociedade coreana, em sua totalidade, recebeu de forma negativa a resolução do tratado, o que desencadeou uma onda de protestos por parte dos estudantes no país, que foram combatidos com forte violência policial. (GLASSMAN, 2018). Por fim, na próxima seção, analisa-se de que modo o tratado de cooperação e retomada de relações se tornou um marco importante.

## **4 O TRATADO DE NORMALIZAÇÃO E O SEU PESO PARA A COREIA DO SUL**

Essa presente seção busca analisar como se deram as negociações entre a Coreia do Sul e o Japão, por meio de uma análise fundamentada de Teoria da Cooperação Internacional, em que num primeiro momento buscar elucidar o referencial teórico a ser utilizado, para fazer uma apreciação das negociações até o estabelecimento do Tratado de Normalização.

Posteriormente, tem-se um mapeamento de como a Coreia do Sul utilizou do dinheiro das compensações históricas, e de como o tratado desempenhou um papel fundamental para a intensificação de projetos econômicos entre ambos os países. Por fim, mencionam-se fatores políticos que continuam causando fricções nas relações diplomáticas dos Estados. Sendo assim, por meio deste capítulo, é possível a compreensão da importância do acordo para a Coreia do Sul, e o seu impacto positivo nas relações econômicas com o Japão.

### **4.1 Análise da volta da cooperação econômica entre Japão e Coreia do Sul**

Segundo Axelrod (1984), o surgimento de uma cooperação entre Estados pode ser elucidado como uma consequência dos interesses próprios de cada indivíduo, não sendo completamente baseada na preocupação com os outros, ou no bem-estar. A Cooperação surge para o autor do próprio interesse dos atores envolvidos, em que consideram ganhos relativos mais vantajosos que os ganhos absolutos, ao chegar à conclusão de que ao não cooperar, os Estados se saem pior do que se tivessem colaborado entre si.

Ademais, o autor retrata que a cooperação pode ser estimulada em um ambiente estratégico. Axelrod (1984) observa que se pode ter uma cooperação mútua estável, se o futuro for suficientemente importante em relação ao presente, e se a interação for duradoura o suficiente para que os atores analisem o impacto que a sua ação no presente possa ter em suas relações futuras.

Outra maneira de fomentar a cooperação, é modificando as recompensas, uma forma usada para garantir estímulos positivos ou negativos, em um cenário em que os Estados não possuem incentivos privados para cooperar, incentivando-os a cooperar, em que esses estímulos podem ser o de tornar a deserção menos atraente, assim como transformações relativamente pequenas da recompensa podem ajudar a tornar a cooperação estável. (AXELROD, 1984).

A promoção da reciprocidade vem como quarta forma, e é reconhecida como a melhor estratégia para a cooperação, visto que não ajuda apenas a si, mas também aos outros. Ao

dificultar a existência de ações exploradoras, não há riscos de entregar demais, construindo-se uma relação mutuamente recompensadora para ambos. Da mesma forma, há de se visualizar que não se tem uma cooperação estável e sustentável sem reciprocidade. (AXELROD, 1984).

Nesse contexto, passa-se a analisar como a Coreia do Sul e o Japão – apesar do passado histórico em que o domínio colonial japonês causou feridas latentes para os coreanos (especialmente os crimes anteriormente citados) – conseguiram restabelecer relações diplomáticas, além de desenvolver uma cooperação econômica sólida através da institucionalização do Tratado de Normalização, tendo como base os princípios da teoria desenvolvida por Axelrod, de Cooperação Internacional, e do argumento de Tae-Ryong Yoon (2008), de que a normalização entre os dois países foi possível por meio de um processo de aprendizado de longo prazo, como encontrado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Síntese das negociações de normalização entre Coreia do Sul e Japão, 1951-1965

<b>Datas</b>	<b>Regimes</b>	<b>Chefes das missões diplomáticas</b>	<b>Características</b>
<b>1ª Conferência:</b> 20 de outubro de 1951 e 21 de abril 1952	<b>Coreia do Sul</b> Rhee  <b>Japão</b> Yoshida	<b>Coreia do Sul</b> Yang Yu-Chan  <b>Japão</b> Matsumoto Shinichi	Concordaram em uma agenda e no estabelecimento de comitês. Adiada devido às reivindicações de propriedade japonesas na Coreia.
<b>2ª Conferência:</b> 15 de abril de 1953 e 23 de julho de 1953	<b>Coreia do Sul</b> Rhee  <b>Japão</b> Yoshida	<b>Coreia do Sul</b> Kim Yun-Sik  <b>Japão</b> Okura Katzuo	Nada foi acordado entre as partes. Conflitos acerca da <i>Rhee Line</i> , e reivindicações de propriedade predominaram. Adiada a pedido do Japão, defendiam que voltassem com as negociações após o Armistício da Guerra da Coreia fosse concluído, e concordaram em manter a Conferência Política de Genebra.
<b>3ª Conferência:</b> 6 de outubro de 1953 e 26 de outubro de 1953	<b>Coreia do Sul</b> Rhee  <b>Japão</b> Yoshida	<b>Coreia do Sul</b> Yang Yu-Chan  <b>Japão</b> Kubota Kanichiro	Adiada devido às observações controversas do Primeiro-Ministro Kubota Kanichiro. Controvérsias sobre a <i>Rhee Line</i> , e insistência japonesa a respeito das reivindicações de propriedade na Coreia.
<b>4ª Conferência:</b> 15 de abril de 1958 e 19 de abril de 1960	<b>Coreia do Sul</b> Rhee  <b>Japão</b> Kishi	<b>Coreia do Sul</b> Yim Byong-Jik  <b>Japão</b> Sawada Renzo	Reaberta devido ao acordo entre Kim-Fujiyama de 31 de dezembro de 1957. A conferência foi pautada em um novo problema: repatriação japonesa de coreanos para a Coreia do Norte. A conferência foi adiada três vezes. O Japão retirou as suas reivindicações de propriedade na Coreia, e se retratou em relação à declaração de Kubota. Concordaram em uma liberação mútua de pescadores japoneses residentes coreanos detidos ilegalmente no Japão. Conflitos em relação à <i>Rhee Line</i> continuou. Adiada devido à revolta estudantil conhecida como a Revolução de 19 de abril de 1960 na Coreia do Sul.

Quadro 1 – Síntese das negociações de normalização entre Coreia do Sul e Japão, 1951-1965 (Continuação)

<b>Datas</b>	<b>Regimes</b>	<b>Chefes das missões diplomáticas</b>	<b>Características</b>
<b>5ª Conferência:</b> 25 de janeiro de 1961 e 16 maio de 1961	<b>Coreia do Sul</b> Chang  <b>Japão</b> Ikeda	<b>Coreia do Sul</b> Yu Chin-O  <b>Japão</b> Sawada Renzo	Melhorias consideráveis nas relações. O Governo Chang foi derrubado antes que resultados concretos fossem alcançados. Começaram a ser discutidas as reivindicações de propriedade coreanas com base em oito itens propostos pela Coreia do Sul. Adiada devido ao golpe militar em 16 de maio de 1961.
<b>6ª Conferência:</b> 20 de outubro de 1961 e 24 de março de 1964	<b>Coreia do Sul</b> Park  <b>Japão</b> Ikeda	<b>Coreia do Sul</b> Pae Ui-Hwan  <b>Japão</b> Sugi Michisuke	Continuou arrastadamente após o fracasso de chegar em um consenso no final de 1962. Marcada por várias reuniões com os chefes de estados: Park-Ikeda em novembro de 1961, Kim Jong Pil-Ikeda em março e outubro de 1962. Marcada também por uma reunião ministerial em março de 1962, em que ajudou a reduzir as diferenças. Concordaram com as reivindicações de propriedade coreanas feitas pelo memorando de Kim Jong Pil-Ohira em outubro de 1962. Foram discutidos os problemas de pesca. Reuniões com os dois ministros da agricultura em março de 1963. Adiada devido às manifestações em 24 de março de 1963.
<b>7ª Conferência:</b> 3 de dezembro de 1964 e 3 de abril de 1965	<b>Coreia do Sul</b> Park  <b>Japão</b> Sato	<b>Coreia do Sul</b> Kim Tong-Jo  <b>Japão</b> Ushiba Nobuhiko	Foi capaz de redigir um rascunho básico do tratado em 20 de fevereiro de 1965. Novas negociações antes de 3 de abril. Tratado de Normalização assinado em 22 de junho de 1965. Marcada pela visita do ministro japonês das relações exteriores Shiina Etsusaburo, em 17 de fevereiro de 1965.

Fonte: Yoon (2008, p. 66, tradução nossa).

Portanto, é possível constatar o porquê do autor Glassman (2018) alegar os primeiros anos de negociação como um movimento lento. Para melhor aludir, Tae-Ryong Yoon (2008) analisa minuciosamente em seu estudo os anos de tratativa e processo de aprendizagem entre os dois Estados. Desde a sua primeira conferência em 1951, é possível observar que mesmo durante o Governo de Syngman Rhee – marcado pelo sentimento anti-japonês – ocorreram tentativas de reconciliação, em que essas tentativas ocorreram não devido à pressão dos EUA, mas, principalmente, porque ambos os Estados entendiam o possível acordo como sendo de seu próprio interesse.

Por exemplo, o autor apresenta, primeiramente, a ideia de que, apesar de nem todo Estado desejar ter um bom relacionamento com os seus vizinhos ou serem orientados para a paz, na maioria das vezes eles querem manter boas relações com Estados vizinhos. Entretanto, acabam encontrando dificuldades devido aos interesses conflitantes ou em razão do dilema de

segurança entre dois agentes desconfiados e, por isso, Estados vizinhos costumam ter disputas políticas. (YOON, 2008).

Dessa forma, Tae-Ryong Yoon (2008) elucida em seu estudo que, no caso das relações Coreia do Sul-Japão, a nação nipônica, por exemplo, nutria o desejo de manter boas relações, e considerava inevitável uma aproximação com o país devido à sua localização geográfica e pela sua ambição de obter benefícios para o seu desenvolvimento econômico a longo prazo, em que visava expandir o seu mercado de exportação e investimento para a Coreia do Sul.

Portanto, é possível argumentar que as tentativas de retomar uma relação diplomática não podem ser simplesmente atreladas a fatores externos, como a pressão norte-americana, mas também por seus próprios interesses nacionais – possíveis ganhos obtidos a partir da normalização das relações. (YOON, 2008). No entanto, apesar do Japão e da Coreia do Sul entenderem como inevitável uma aproximação, no começo dos anos 1950 até os anos 1960, o tratado não era visto como prioridade na lista de interesses nacionais de cada governo, uma vez que as suas identidades e interesses centrais, como soberania e integridade territorial, não poderiam ser comprometidas em nome da cooperação. (YOON, 2008).

Como anteriormente citado, Axelrod (1984) retrata que a cooperação pode ser estimulada em um ambiente estratégico ampliando a sombra do futuro, mas apenas se o futuro for suficientemente importante em relação ao presente, e apresenta o cenário em que os atores possam chegar à conclusão de que o futuro não tem a sua importância em relação ao presente naquele momento. O autor fornece duas razões para que os atores pensem dessa forma, quais sejam:

1. A primeira razão é que a interação pode não continuar, haja vista que não se pode prever o que vai acontecer; logo, os ganhos do presente vão ser sempre priorizados, já que pode não existir uma próxima interação. No caso da Coreia do Sul e do Japão, em decorrência da sua proximidade geográfica, torna-se improvável que esse cenário se aplique em sua relação, e, além do contexto geográfico, ambos os países possuíam laços com os EUA;
2. A segunda razão é a de que, por muitas vezes, os atores vão preferir obter o benefício no presente, a ter que esperar pelo benefício no futuro. Isso acontece quando os atores envolvidos não priorizam o ganho relativo que poderiam obter no futuro ao cooperar, dando mais valor para possíveis ganhos absolutos no presente. (AXELROD, 1984).

Conforme os dados do Quadro 1 apresentado acima, é possível constatar que ambos os países envolvidos se recusaram em renunciar aos seus interesses nacionais para institucionalizar uma aliança até o começo dos anos 1960. Por exemplo, os interesses próprios sobre a zona de pesca, conhecida como *Rhee Line*, e as reivindicações de propriedade sobre a ilha de Dokdo/Takeshima, corroboram a hipótese criada por Axelrod, de que quando os atores envolvidos na negociação sentirem que os seus ganhos futuros não são benéficos em comparação a possíveis ganhos no presente, países tendem a não cooperar. (AXELROD, 1984).

Dentro desse contexto, Tae-Ryong Yoon (2008) constata que, ao descobrirem um *modus vivendi*, ou seja, um método que permitia colocar as questões intransigentes em segundo plano, os países foram capazes, após um longo processo de repetidos fracassos e recomeços, de compreender que esses fracassos das negociações não foram somente o resultado de demandas decorrentes da animosidade histórica, mas também representavam o resultado do desejo de cada país para satisfazer o seu próprio interesse em detrimento do interesse do outro, alegando que essas falhas foram essenciais para base de uma cooperação futura entre Coreia do Sul e Japão. (YOON, 2008).

Tae-Ryong Yoon (2008) utiliza do argumento de Robert Jervis para embasar o seu ponto. Jervis (1988) acreditava que a cooperação mútua com outro indivíduo poderia ser estimulada através da deserção a longo prazo, e tal como Axelrod (1984) defendia a ideia de que apesar do Sistema Internacional ser anárquico e composto por atores auto-interessados, ainda assim em um ambiente estratégico atores poderiam cooperar. Assim, encabeçado pelas ideias de Jervis, Yoon defendia que as falhas anteriores cometidas nas negociações de normalização da Coreia do Sul e Japão não devem ser consideradas fracassos, pois foram fundamentais em ajudar um lado na compreensão de evitar irritar o outro, exigindo condições inaceitáveis na próxima rodada de negociações. Tal fato pode ser constatado a partir da quarta conferência, em que ambos os lados aprenderam a fazer concessões em prol de um acordo, como a retirada de Tóquio das reivindicações de propriedade na Coreia, e através do acordo em que estabeleciam uma liberação mútua de pescadores japoneses apreendidos e detidos residentes coreanos ilegais no Japão. (YOON, 2008).

Em Axelrod (1984), é possível garantir estímulos positivos em um cenário estratégico, em que os Estados não possuam incentivos privados para cooperar, e transformações relativamente pequenas da recompensa também podem ajudar a tornar a cooperação baseada na reciprocidade estável (e a sua deserção menos atraente). Analisando as relações entre a nação nipônica e sul-coreana, destaca-se que os dois países aprenderam a fazer concessões.

O Japão aprendeu a se abster de comentar sobre as questões relacionadas à interpretação da história sobre o domínio colonial japonês na Coreia; inclusive em uma visita diplomática em 17 de fevereiro de 1965, o Ministro das Relações Exteriores, Shiina, expressou ressentimento pelos horrores acontecido durante a Segunda Guerra Mundial: “Os dois Estados tiveram um momento infeliz em uma parte da longa história diplomática dos dois Estados. É muito lamentável, e estou refletindo profundamente sobre isso”. (SEOUL; KOREA; KORYOWON, 1992 apud YOON, 2008, p. 70).

Embora o Japão não tenha se desculpado oficialmente, essa foi a primeira declaração pública de um alto funcionário do império japonês a utilizar as palavras “arrependimento” e “reflexão”, traduzindo a vontade de institucionalizar uma relação estável naquele momento, ao evitar tocar nas questões políticas relacionadas ao domínio colonial. (TOGO, 2005).

Ao mesmo tempo, a Coreia do Sul, durante a 6ª Conferência (1961-1964), foi capaz de fazer concessões a respeito da *Rhee Line*, e reduziu o número de reivindicações de propriedade coreanas. Ademais, acatou de forma tácita o pedido japonês de não utilizar os termos “deportação” ou “repatriação forçada”, no que tangia à questão da repatriação de coreanos, que costumavam viver no Japão, para a Coreia do Norte. (YOON, 2008). Outro fator determinante, que demonstra que os Estados estavam empenhados em modificar as suas recompensas para um tratado de cooperação, foi o acordo implícito em não solicitar a desistência ou reivindicação de Dokdo/Takeshima. Ambos os Estados almejavam uma parceria, que só foi possível após anos de negociações, em que aprenderam com os seus fracassos a diferenciar onde o compromisso poderia ser feito ou não. (YOON, 2008).

Por outro lado, Victor Cha (1996) lembra que os EUA exerceram um papel fundamental para a reconciliação dos vizinhos asiáticos, e defende a sua tese de que o Tratado de Normalização (1965) foi um produto das decisões políticas norte-americanas no contexto da Guerra Fria, em que os EUA desempenharam um papel indispensável na facilitação de um acordo entre os seus maiores aliados do Leste Asiático. (CHA, 1996).

Como abordado no terceiro capítulo, o aprofundamento dos EUA no Vietnã e a preocupação com a influência chinesa na geopolítica da Ásia fizeram com que o Governo americano encontrasse na reconciliação entre os seus dois maiores aliados um fator crítico na guerra travada contra o comunismo no Leste Asiático, o que acarretou numa maior intervenção para a retomada das relações diplomáticas entre Japão e Coreia do Sul. (CHA, 1996).

Diante do exposto, para Cha (1996), os EUA foram os responsáveis para um acordo imediato, visto que compreendiam ser um fator indispensável para a segurança regional do

continente. Dessa forma, ambos os países, em virtude de sua aliança com a nação norte-americana, decidiram colocar a sua animosidade de lado para a resolução de um acordo, visando manter a divisão de responsabilidades e compromissos de aliança com o seu patrono primário comum. (CHA, 1996).

Em contrapartida, teóricos como Kazuhiko Togo (2005), Alice Amsden (1989), Iain Pirie (2009) e Tae-Ryong Yoon (2008) defendem que o surgimento do tratado não está vinculado somente à pressão norte-americana frente à ameaça comunista. Para esse conjunto de autores, é preciso considerar que, ainda que os EUA tenham exercido uma intensa pressão sobre o aceleramento de um tratado, é apenas um dos fatores externos que contribuiriam para a sua existência, e o seu papel não deve ser exagerado. Outros fatores, como a mudança da figura de Syngman Rhee – grande opositor de uma retomada das relações – para o Governo de Park Chung Hee, em que aconteceu o aceleramento das negociações e que possuía uma postura positiva em relação ao Japão, também são fatores determinantes para o cenário favorável nos anos 1960. (GLASSMAN, 2018).

Ademais, Kazuhiko Togo (2005) enfatiza a necessidade de Park em buscar uma diversificação de fontes de assistência e oportunidades econômicas estrangeiras, uma vez que seu governo encontrava-se mergulhado em uma redução crescente da ajuda americana, e por isso, o relacionamento com o Japão passou a se tornar um cenário inevitável e de interesse próprio do país.

Por fim, Tae-Ryong Yoon (2008) informa que a principal razão para a institucionalização da cooperação entre os vizinhos do Leste Asiático é de que os dois Estados possuíam fortes incentivos para alcançar os seus interesses nacionais de forma cooperativa, em que ambos almejam a expansão do mercado e investimento de capital.

Desse modo, através de um longo processo de negociações, os dois países aprenderam, por meio da barganha, a evitar ou a retardar soluções de questões delicadas, que poderiam atrapalhar a conclusão de um acordo, como a disputa territorial sobre Dokdo/Takeshima, ou o problema do reconhecimento da Coreia do Sul como o único Governo legítimo na Península Coreana, reconhecendo no dispositivo terceiro do tratado a República da Coreia do Sul, com base na Resolução n.º 195 da Assembleia Geral da ONU. (TOGO, 2005).

Em síntese, Yoon (2008) alega que os dois Estados concordaram em solucionar o problema da normalização, não concordando em resolver todos os problemas relacionados, mas sim em atrasar a solução de algumas das questões mais fundamentais e controversas. Por conseguinte, mesmo após o Tratado de Normalização, a animosidade histórica entre ambos os países perdurou em suas relações diplomáticas.

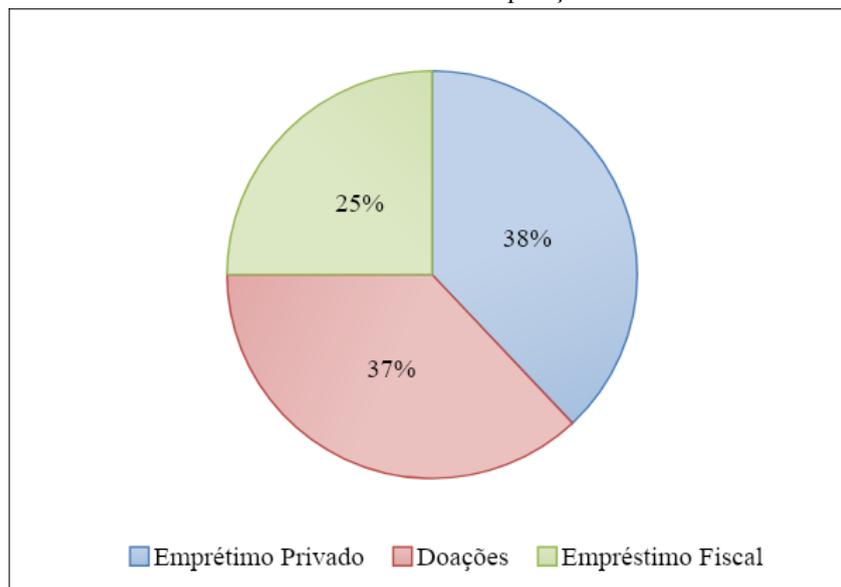
## 4.2 Utilização das Compensações Históricas

Como mencionado no terceiro capítulo, as reparações históricas surgiram ao final da Segunda Guerra Mundial, em que o Japão possuía a obrigação de solucionar as questões das indenizações, propriedades e reivindicações com os países envolvidos, devido aos crimes de guerra cometidos. Por exemplo, sob os termos do Tratado de Paz de São Francisco, todas as reivindicações de nacionais das Potências Aliadas e do Japão a países relacionados foram dispensadas. (LE, 2019). Com a Coreia do Sul, as reparações foram barganhadas de forma bilateral, através do Tratado de Normalização (1965).

Pirie (2009) reconhece que a ressurreição de uma cooperação econômica com o Japão quanto à Guerra do Vietnã foram fatores determinantes para um impacto profundo no desenvolvimento da economia política sul-coreana, defendendo, em sua tese, que esses fatores exerceram um grande papel, sendo responsáveis por fornecer um importante impulso para a economia coreana quando estava em seu ponto mais baixo.

A Coreia conseguiu faturar mais de US\$ 1 bilhão como resultado direto da Guerra do Vietnã, e as reparações obtidas por meio do Tratado de Normalização no valor US\$ 800 milhões (Figura 5) foram as causas determinantes para a decolagem industrial que começou na Coreia em meados da década de 1960. (PIRIE, 2009). Dentro deste contexto, esse tópico visa analisar como o dinheiro das reparações históricas foi utilizado pelo Governo sul-coreano, e o seu papel como agente acelerador na cooperação econômica entre os dois países.

Gráfico 1 – Gráfico da divisão do valor das Reparções Históricas



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cho (2001).

Dessa forma, os termos e síntese de como a Coreia do Sul utilizou desse dinheiro em seus planos quinquenais podem ser encontrados no Quadro 2.

Quadro 2 – Mapeamento do uso das reparações históricas

Pagamento das reparações			
	US\$ 300 milhões em doações	US\$ 200 milhões em empréstimos fiscais	US\$ 300 milhões em empréstimos privados
Características	Pagamentos em quantias iguais, divididas em dez anos (concluído em 1975)	Pagamento dividido em dez anos; juros anuais de 3,5%; reembolso em 20 anos com 7 anos de carência	US\$ 180 milhões para <b>indústrias em geral</b> ; US\$ 90 milhões para <b>cooperação em pesca</b> ; US\$ 30 milhões para <b>exportações de navios</b> (pedido de 200 milhões adicionais para indústrias em 1969)
Uso do dinheiro	Usado para financiar o déficit na balança de pagamentos; na importação de equipamentos industriais; no financiamento da construção da empresa POSCO	Usado massivamente na construção da POSCO (US\$ 88 milhões)	Suporte à indústria

Fonte: Adaptado de Cho (2001, p. 124).

Os US\$ 300 milhões em doação foram primeiramente acordados para serem usados no desenvolvimento agrícola e na importação de equipamentos e materiais industriais. Entretanto, a Coreia do Sul investiu uma parte considerável na industrialização, principalmente na construção de uma empresa de ferro e aço, a Pohang Iron & Steel Company (POSCO). (CHO, 2001).

Amsden (1989) revela que a Coreia do Sul vinha tentando financiar a construção de uma siderurgia desde 1961 com os EUA, depois novamente em 1962 com um grupo de fabricantes de aço alemães, e, mesmo no ano de 1967, o Governo sul-coreano tentou uma parceria com o Banco Mundial (BM). No entanto, todos os esforços fracassaram, e a salvação para financiamento da POSCO só foi possível através do dinheiro das compensações e de uma parceria técnica com o Japão, em que a empresa *Nippon Steel* desempenhou o papel de Empresa Modelo para os coreanos.

Em nome da amizade e do desenvolvimento econômico, o Japão se apresentou entusiasmado em fornecer assistência para a criação da POSCO. Logo, enquanto outras empresas siderúrgicas em outros países em desenvolvimento sofreram com uma tecnologia de segunda categoria, a POSCO foi afortunada em levantar o seu capital de um país que se destacava pelo processo de fabricação de aço mais eficiente. (AMSDEN, 1989).

Glassman (2018) aponta que Park Tae-Joon, fundador da POSCO, esteve presente nas discussões de normalização como membro do Conselho Supremo de Reconstrução Nacional, em que foi o responsável pela ideia de utilizar parte do dinheiro das compensações na construção da empresa. Dessa maneira, foi destinado à POSCO um total de US\$ 120 milhões, diretamente para a siderúrgica, em que US\$ 70 milhões advinham de doações, e os US\$ 50 milhões de empréstimos públicos. (CHO, 2001).

Os US\$ 200 milhões em empréstimos fiscais foram investidos na construção dos projetos de infraestrutura, incluindo a represa do rio Soyang Dam, a Via Expressa Gyeongbu e usinas de energia, para melhorar e expandir as instalações para ferrovias, remessas e manuseio de materiais, bem como correios e comunicações. Os US\$ 300 milhões de empréstimos privados foram usados para a compra de instalações para a indústria têxtil química e de fertilizantes e cimento. (CHO, 2001).

Com a normalização, os empréstimos do Japão de 1966 representaram mais da metade do total de empréstimos estrangeiros da Coreia. Na perspectiva japonesa, 17,3% de todos os empréstimos concedidos aos países estrangeiros entre 1960 e 1970 foram para a Coreia. Assim, mesmo com a forte redução de ajuda financeira norte-americana, o Governo sul-coreano foi capaz de acelerar a industrialização de seu país. (CHO, 2001).

É possível identificar que parte do capital estrangeiro dos Planos de Desenvolvimento foram obtidos através da assistência técnica e econômica do Japão, institucionalizada no Tratado de Normalização, em que a maioria do investimento foi utilizado na aquisição de equipamentos industriais e em projetos de infraestrutura.

Por conseguinte, é factível relacionar que o capital japonês exerceu uma participação no *boom* do investimento doméstico ao final dos anos 1960 e começo da década de 1970, desempenhando um papel significativo no desenvolvimento das indústrias têxteis, de ferro e de aço (caso da POSCO), assim como a participação na construção de projetos de infraestrutura (caso da Via Expressa Gyeongbu). (CHO, 2001).

Tabela 1 – Compensações históricas por setor

Uso das compensações históricas por indústria						
	Valores concedidos	%	Valores preferenciais	%	Total dos valores	%
Agricultura	34,5	12,2	2,3		38,8	7,8
Indústria da pesca	27,1	9,1	0		27,1	5,4
Indústria de mineração e manufatura	164,2	54,8	113,7	12	277,9	55,6
Matérias-primas	133	44,3	0		0	
Bens de capital	31	10,5	113,7		0	
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20,1	6,7	0		20,1	4,0
Projetos de infraestrutura e outros	6,0	2,0	83,9	56,9	89,9	18,0
Outros	45,8	15,2	0	41,9	45,8	9,2
<b>Total</b>	<b>300,0</b>	<b>100,0</b>	<b>200,0</b>	<b>100,0</b>	<b>500,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Adaptado de *Economic Planning Board* (EPB, 1976 apud CHO, 2001, p. 126).

Tom Phuong Lee (2019) demonstra ainda que, a partir do Tratado de Normalização e do seu impulso econômico, a Coreia encontrou um cenário possível em integrar às estruturas econômicas regionais e globais, tornando-se um produtor de bens industriais, exportador de bens de baixo valor agregado para os EUA, e parte integrante da divisão regional do trabalho, que antes era somente dominada pelos japoneses.

À vista disso, Phuong Lee (2019) disserta sobre a cooperação entre empresas japonesas, em que as empresas coreanas obtiveram acesso a uma tecnologia necessária para sustentar o seu período de rápido crescimento, classificando esse movimento como essencial para moldar o desenvolvimento de longo prazo da economia coreana, permitindo que o capital japonês transferisse a manufatura (mas não o *design* ou desenvolvimento de produtos em massa para as empresas coreanas).

Além disso, o autor cita que esse processo permitiu que a Coreia do Sul focasse em atividades de alto valor de transformação. Sendo assim, afirma que, ao longo da década, o Estado transformou a Coreia do Sul de uma economia baseada principalmente na manufatura leve de mão-de-obra para um grande produtor de bens de capital intensivo, como aço, produtos químicos, navios e armas (LE, 2019). Por último, Michael J. Green (2001) afirma como essa cooperação desempenhou um papel de destaque: após o Tratado de Normalização, o comércio com o Japão foi de US\$ 180 milhões em 1965, para uma média de US\$ 1.765 milhões por ano, entre 1971 e 1975.

Tom Phuong Lee (2001) lembra que nesse período ocorreu um aprofundamento das relações do governo com as empresas *chaebols*, adotando uma forma “simbiótica”, em que essas empresas se desenvolveram em monólitos industriais, por meio de uma política

econômica focada em promover o crescimento de empresas escolhidas pelo governo. Assim, as empresas escolhidas conseguiam desfrutar de um acesso fácil ao crédito e de influência dentro do processo político. (LE, 2019).

Do argumento do autor, é perceptível se analisar o caso da Samsung – empresa fundada em 1938 por Lee Byung-Chul – em que, após a volta das relações entre o Japão e a Coreia do Sul, foi criado o Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia (KIST), órgão responsável pela atualização tecnológica de diversas empresas por meio da transnacionalização de suas operações, através de alianças com empresas japonesas.

Neste sentido, o fundador da Samsung desempenhou o papel de um dos principais membros, em que fez com que a empresa fosse agraciada com oportunidades específicas de exportação por meio de conexões com empresas comerciais japonesas, ao mesmo tempo que expandiu as suas capacidades tecnológicas, a fim de possibilitar a rápida expansão de uma empresa têxtil para outras áreas, como a tecnológica. A empresa japonesa de maior destaque em sua assistência para a Samsung foi a Sanyo: a parceria foi tão bem-sucedida que, em 1969, o consórcio Samsung-Sanyo foi estabelecido. (GLASSMAN, 2018).

Por fim, através dessa exemplificação, fica evidente a forte cooperação econômica que se desenrolou no final da década de 1960, no qual alianças entre empresas coreanas e japonesas incluíam subcontratação, consórcios, acordos de licenciamento e uma variedade de outros acordos, por meio dos quais vários graus de transferência de tecnologia ocorreram. (GLASSMAN, 2018).

Embora existam questões políticas a serem resolvidas entre a Coreia do Sul e o Japão, como pode-se visualizar sucintamente na próxima seção, afirma-se que a relação econômica entre ambos se desenvolveu rapidamente. O investimento japonês começou a apresentar um crescimento devagar e limitado de US\$ 17 milhões em 1970, para atingir o nível de mais de US\$ 100 milhões em 1982, US\$ 400 milhões em 1986 e, após uma redução para o nível de US\$ 200 milhões no início de 1990, onde o crescimento do incentivo japonês voltou com uma incrível marca de US\$ 400 milhões em 1994. (TOGO, 2005).

### **4.3 Os fatores de fricções na diplomacia da Coreia do Sul e Japão na atualidade**

Como destacado ao decorrer do presente capítulo, para que a consagração de um Tratado pudesse ocorrer entre ambas as partes, foi necessário tomar a decisão deliberada de solucionar o problema da normalização. Não foram solucionados todos os problemas relacionados, mas foi aceito atrasar a solução de algumas das questões mais fundamentais e

controversas. Portanto, apesar de conseguirem instituir uma relação econômica estável, questões sensíveis passaram a fragilizar a relação diplomática. (TOGO, 2005). Estas se encontram presentes até a atualidade, e influenciam as relações diplomáticas entre Coreia do Sul e Japão.

Como exemplo, a ilha de Dokdo – como é reconhecida pela Coreia do Sul – é localizada entre o Japão e a Coreia do Sul, e é composta por duas pequenas ilhas cercadas por pedras. Na visão japonesa, Takeshima – como é reconhecida pelo Japão – esteve sempre sob o Governo efetivo do Japão, e utilizam de documentos para embasar a veracidade de sua afirmação, como o documento que mostra que, em meados do século XVII, os Tokugawa Shogunato permitiram que duas famílias do clã Tottori governassem Takeshima. Por outro lado, a Coreia do Sul argumentou que manteve a soberania sobre outra ilha chamada *Ulluengdo*, localizada entre a Coreia e Dokdo/Takeshima. (TOGO, 2005).

Kazuhiko Togo (2005) defende o fato de que, entre 1438 e 1883, a Coreia teve a soberania da ilha de Ulluengdo; entretanto, o autor data que, a partir de 1618, através de licenças especiais dadas por Tokugawa, cidadãos japoneses começaram a trafegar para Ulluengdo por meio de Dokdo/Takeshima.

Em 1696, o Xogunato Tokugawa decidiu retirar-se de Ulluengdo, mas não da ilha, e, posteriormente, em 1905, a ilha se tornou oficialmente incorporada ao território japonês. (TOGO, 2005). À vista disso, a Coreia do Sul alegou que as reivindicações sobre Dokdo/Takeshima eram infundadas, afirmando haver documentos que comprovassem que tanto Ulluengdo, quanto Dokdo/Takeshima, sempre estiveram sob poder efetivo dos coreanos desde as dinastias de Joseon e Goryo, alegando que a incorporação feita em 1905 era absurda, e não pode ser aceita. (TOGO, 2005).

Kazuhiko Togo (2005) realça a afirmação do Japão de que a ilha de Dokdo/Takeshima não foi incorporada à força, ou tomada pela ganância, e que detém soberania sobre a ilha desde a antiguidade, afirmando que a Coreia nunca deteve poder sobre Dokdo/Takeshima, apenas sobre Ulluengdo. Para resolver este impasse, os dois lados concordaram, em consenso, em uma troca de notas, afirmando que os conflitos acerca da ilha iriam ser resolvido por um canal diplomático. (TOGO, 2005).

No que tange à questão do trabalho forçado nas indústrias japonesas, o conflito possui contornos mais vulneráveis. Em 2018, a Suprema Corte Coreana condenou as empresas japonesas Nippon Steel e Mitsubishi a pagarem indenizações a 15 ex-funcionários sul-coreanos, vítimas de trabalho forçado durante a Segunda Guerra Mundial. (O GLOBO, 2023).

A nação japonesa reagiu de forma negativa, emitindo uma declaração no *site* do Ministério das Relações Exteriores (MRE), alegando que a sentença violou o art. 2 do Tratado de Normalização, reforçando que todas as reivindicações já tinham sido resolvidas “completamente e finalmente”, acusando a Coreia do Sul de não tomar nenhuma medida concreta para remediar as violações do direito internacional. (JAPÃO, 2019).

1. The Contracting Parties confirm that [the] problem concerning property, rights and interests of the two Contracting Parties and their nationals (including juridical persons) and concerning claims between the Contracting Parties and their nationals, including those provided for in Article IV, paragraph (a) of the Treaty of Peace with Japan signed at the city of San Francisco on September 8, 1951, is settled completely and finally. (ONU, 1966).

Por outro lado, a Coreia do Sul se pronunciou alegando que a disputa legal era de natureza privada, e que o Governo sul-coreano não possuía nenhuma pretensão em transformar a disputa em uma controvérsia diplomática ou internacional entre governos. Em outros termos, a decisão da Suprema Corte refere-se às reivindicações de indivíduos contra empresas privadas; sendo assim, não negam a validade do acordo institucionalizado entre a República da Coreia e o Japão. Reitera-se que a Suprema Corte da República da Coreia decidiu que, à luz das regras internacionalmente aceitas de interpretação de tratados, pedidos específicos de indenização por danos psicológicos sofridos pelas vítimas de trabalho forçado não foram apreciados e, portanto, não foram resolvidos pelo Tratado de Normalização. (COREIA DO SUL, 2018).

Por fim, em 2023, ambos os Estados chegaram em um consenso, e a Coreia do Sul apresentou um plano para compensar as vítimas, no qual ficou estabelecido que empresas sul-coreanas deveriam contribuir com um fundo público de compensação das vítimas, o que fez com que a população recebesse, de forma negativa, o acordo, alegando que a indenização deveria ser feita por empresas japonesas, e que esse ato isentava o Japão da responsabilidade com as suas vítimas. (BBC NEWS, 2023).

Outro ponto que ainda reverbera nas relações diplomáticas dos países é a questão sobre as Mulheres de Conforto. Com a ascensão dos movimentos feministas no final dos anos 1980, durante a Conferência Internacional sobre Mulheres e Turismo na Ilha de Jeju, Yun Chung Ok, professora investigadora da Universidade de Ehwa, apresentou a sua pesquisa intitulada *Mulheres e Cultura do Turismo Sexual* sobre as condições de funcionamento do Sistema de Conforto, marcando a primeira discussão pública sobre o tema. (AZENHA, 2017).

Os consequentes anos da década de 1990 foram marcados por protestos das vítimas com o intuito de receberem um pedido de desculpas formal das altas figuras políticas do

Japão – como membros da Família Imperial, e pela declaração de remorso de Kiichi Miyazawa, Primeiro-Ministro japonês em 1992, em uma visita diplomática à Coreia do Sul. (THE NEW YORK TIMES, 1992).

Outro acontecimento que causou consequências foi o depoimento de Kim Hak-Soo, ao se tornar a primeira mulher coreana a vir a público e falar sobre os horrores cometidos pelo Japão. (AZENHA, 2017). Desse modo, ainda nos anos 90, organizações feministas conseguiram, através de pressões, que o Governo coreano pagasse 5.000.000 de wones, pagando pensões mensais a cada uma das vítimas. Em 1995, o Japão criou, devido à pressão internacional, o *Asian Women's Fund*, fundo monetário privado capaz de compensar as vítimas. (AZENHA, 2017).

Em 2011, as relações entre Tóquio e Seul ficaram estremecidas com a inauguração de uma estátua em homenagem às vítimas em frente à embaixada japonesa. (COMFORT WOMEN, 2015). No ano de 2015, mais um acordo foi elaborado entre os dois países, a fim de compensar as vítimas; porém, esse acordo foi mais uma vez feito sem a participação delas e, por isso, as vítimas não o consideraram um acordo válido. (COMFORT WOMEN, 2015).

Em 2018, o Governo de Moon Jae-In alegou que iria reavaliar o acordo assinado em 2015, e o Japão recebeu a notícia negativamente, afirmando que ambos os países tinham concordado em solucionar o problema de forma “final e irreversível”, transfigurando o *status* da relação entre ambos os países que aparentava estar estabilizado após o acordo. (DENYER, 2019).

Em 2021, 12 vítimas abriram um processo na corte coreana contra o Japão. A corte condenou o Governo japonês a pagar 100.000.000 de wones para as vítimas. O Japão se recusou e afirmou que o julgamento não tinha nenhum efeito, graças ao princípio de Imunidade Soberana, exigindo um posicionamento da Coreia do Sul, que declarou apoio às vítimas, e afirmou que nada poderia fazer para impedir que elas buscassem justiça. (CHOE, 2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi perceptível identificar que a Península Coreana desempenha um papel de certa significância para o continente asiático. A sua relevância pode ser atestada através da guerra Sino-Japonesa (1894-1895), do conflito sobre influência da nação nipônica contra a Rússia, do fato de que o território da Coreia era considerado indispensável para o Japão em sua construção de um Império próspero, e a partir da divisão da península que marcou o período inicial da Guerra Fria, em que os EUA e a URSS travaram uma guerra por hegemonia.

Logo, fica evidente que, com a colonização japonesa, os coreanos foram expostos às políticas de apagamento da sua identidade, como a tentativa de apagamento da língua coreana. Agravando-se o modo como eram tratados durante o período da Segunda Guerra Mundial, em que foram submetidos às políticas públicas que obrigavam mulheres a servirem como prostitutas em bases militares japonesas, e das políticas trabalhistas abusivas que condicionaram a população ao trabalho escravo em indústrias japonesas.

Com a divisão da península, os EUA exerceram grande poder de influência na Coreia do Sul, em que, preocupados com a sua posição no Sistema Internacional frente à ofensiva soviética, e receosos com um fracasso do lado Sul da Península em comparação à República Popular da Coreia – em que se encontrava sob influência da URSS –, decidiram injetar grandes doações financeiras para reconstrução do país no pós-Guerra das Coreias. Isso se deu pois um fracasso da Coreia capitalista poderia ser compreendido por outros Estados como diminuição da hegemonia norte-americana, conseqüentemente acarretando perda da manutenção do seu *status-quo*. Outrossim, é notável o esforço estadunidense em garantir a sua zona de influência na Ásia, em sua tentativa em institucionalizar o Pacto do Pacífico, no qual não foi possível em razão da Guerra das Coreias. Dessa forma, a solução encontrada foi um sistema bilateral, o Sistema de São Francisco.

Como analisado, embora tenha obtido sucesso em integrar o Japão com a maioria dos seus vizinhos asiáticos, o sistema eximia o dever que, em tratativas bilaterais com os países afetados durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão fornecesse reparações históricas, além das questões territoriais ignoradas, que como abordado, foram consideradas como secundárias para o sucesso do sistema.

Destarte, devido ao sentimento anti-japonês e postura inflexível do Presidente Syngman Rhee em não reatar os laços diplomáticos com Tóquio, a Coreia do Sul não participou da formulação do Tratado de São Francisco (1951). Assim, fica evidente o porquê

da pressão norte-americana para que os seus maiores aliados do Leste-Asiático resolvessem, de forma bilateral, as suas questões ao decorrer do final da década de 1950 e começo do ano de 1960, com o agravamento da Guerra Fria na região asiática.

Todavia, como visto em Axelrod (1984), um Estado só irá cooperar com outro quando houver um princípio de reciprocidade entre ambos. Logo, por mais que os EUA tenham exercido pressão para um reatamento, somente quando ambos os Estados dispensaram possíveis ganhos absolutos – como o direito exclusivo à pesca na zona *Rhee Line* – é que foi possível, afirmar a elaboração de um acordo por meio da barganha e do aprendizado com negociações frustradas.

Outro fator apresentado na pesquisa – que comprovou que mesmo exercendo grande pressão, foi a escolha dos atores envolvidos formalizarem um acordo – é de que o Japão julgou ser iminente a reconciliação com a Coreia do Sul, devido à sua aproximação geográfica, enfraquecendo o argumento de teóricos como Victor Cha, que creditam aos EUA como concretizadores da parceria econômica e técnica entre Tóquio e Seul.

Por meio da análise dos dados obtidos, é possível argumentar que o Japão desempenhou um papel de destaque nos projetos de infraestrutura, e foi um parceiro econômico e técnico notável para a indústria coreana, tendo em vista que, atualmente, a POSCO e a Samsung ocupam um lugar de destaque não somente no cenário doméstico, como também no internacional. A Samsung desempenha atualmente um papel de dominância no mercado global de semicondutores, em que é responsável por 50% das vendas de produtos de memória do mundo, por exemplo, na venda de Drams (usado em computadores e servidores), e os *chips* NAND Flash, usados em discos rígidos e eletrônicos de consumo. A empresa destaca-se em áreas como a de inteligência artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e 5G. (ASIA TIMES, 2020).

No caso da POSCO, é possível constatar a sua importância com o reconhecimento do Banco Mundial, em 1987, de que a empresa era a mais eficiente produtora de aço do mundo, sendo atualmente classificada como a gigante do aço e fonte estável e competitiva. (GALA; RONCAGLIA, 2020). Com isso, através dos dados expostos, é possível alegar que parte do sucesso dessas empresas foi viável com o financiamento do dinheiro das reparações e da parceria técnica com empresas nipônicas, como a Nippon Steel e Sanyo. Por conseguinte, é possível afirmar positivamente que o acordo pode ser considerado uma variável independente para o desenvolvimento econômico sul-coreano.

Conclui-se, que embora o investimento japonês oriundo do Tratado de Normalização tenha apresentado ganhos significativos para a Coreia do Sul, ao decidirem colocar de lado as

questões sensíveis que tensionavam e impediam a realização de um tratado, continuaram como pontos de fricção na relação diplomática dos países, causando consequências até na relação econômica entre eles. Em 2019, as questões históricas das Mulheres de Conforto e o caso dos trabalhadores nas indústrias causaram um boicote popular aos produtos japoneses na Coreia do Sul, em que o Japão chegou a, temporariamente, retirar de Seul o *status* de parceiro comercial favorecido. (BRAZINSKY, 2019). Por isso, torna-se relevante para futuros trabalhos abordar as consequências da decisão dos dois países em não resolverem de forma clara conflitos históricos.

## REFERÊNCIAS

- ALJAZEERA. South Korea mulls compensating forced labourers via a public fund. **Aljazeera**, 12 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/1/12/s-korea-mulls-compensating-ex-japan-labourers-via-public-funds>>. Acesso em: 25 abr. 2023
- AMSDEN, H. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ARGIBAY, C. M. Sexual Slavery and the Comfort Women of World War II. **Berkeley Journal of International Law**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 375-89, 2003.
- AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books, Inc, 1984.
- AZENHA, T. S. F. **Para Além do Silêncio: O Sistema de Conforto e o Papel dos Movimentos Feministas na Questão das Mulheres de Conforto na Coreia do Sul (1905-2015)**. Universidade Católica Portuguesa, 2017.
- BAER, W.; AMMAN, E. Neoliberalismo e concentração de mercado no Brasil: A emergência de uma contradição? *In*: BAER, W. **A economia brasileira**. 3 ed. Nobel: São Paulo, 2009. p. 494-507.
- BBC NEWS. O acordo para indenizar vítimas da 2ª Guerra Mundial que aproxima Japão e Coreia do Sul após anos de tensão. **Globo**, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/07/o-acordo-para-indenizar-vitimas-da-2a-guerra-mundial-que-aproxima-japao-e-coreia-do-sul-apos-anos-de-tensao.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRAZINSKY, G. A. How Japan's failure to atone for past sins threatens the global economy. **The Washington Post**, 11 ago. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2019/08/11/how-japans-failure-atone-past-sins-threatens-global-economy/>. Acesso em: 24 maio 2023.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois Métodos da Teoria Econômica. *In*: **Encontro Nacional de Economia Política**, Florianópolis, 19-20 de junho de 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1941/TD127.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- CALDER, K. Securing security through prosperity: the San Francisco System in comparative perspective. **The Pacific Review**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 135-157, mar. 2004.
- CANADÁ. **National Defence And The Canadian Forces. Details/Information for Canadian Forces (CF) Operation United Nations Commission on Korea**. 2008. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/department-national-defence/services/military-history/history-heritage/past-operations/asia-pacific/united-nations-commission-korea.html>. Acesso em: 20 mar 2023.

CASTLEY, R. **Korea's Economic Miracle: The Crucial Role of Japan**. Londres; Basingstoke, U.K.: Palgrave Macmillan UK, 1997.

CAPRIO, MARK E. **Japanese Assimilation Policies in Colonial Korea, 1910-1945**. **University of Washington Press**, 2009.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. Explore All Countries - Korea, South. **The World Factbook**, 2022a. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/korea-south/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. Explore All Countries - Korea, North. **The World Factbook**, 2022b. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/korea-north/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CHA, V. D. Bridging the Gap: The Strategic Context of the 1965 Korea—Japan Normalization Treaty. **Korean Studies**, [S. l.], v. 20, p. 123-60, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23719605>. Acesso em: 30 maio 2023.

CHO, Y.-JE. The International Environment and Korea's Economic Development during 1950s-1970s. **The Bank of Korea, Economic Papers**, [S. l.], v. 4, nov. 2001.

CHOE, S.-H. South Korean Court Orders Japan to Pay Compensation for Wartime Sexual Slavery. **The New York Times**, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/01/07/world/asia/south-korea-comfort-women-japan.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

CHUNG-HEE, S. S. The korean “comfort women” tragedy as structural violence. *In*: SHIN, G-W. (Org.). **Rethinking historical injustice and Reconciliation in Northeast Asia: The korean experience**. Oxon: Routledge, 2017. p. 17-35.

COMFORT WOMEN: Japan and South Korea hail agreement. **BBC NEWS**, 28 dez. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-35190464>. Acesso em: 24 maio 2023.

COREIA DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. **Facts regarding the Judgments on the Victims of Forced Labor during the Japanese Colonial Rule over the Korean Peninsula, of the Supreme Court of the Republic of Korea**. Coreia do Sul, 2018. Disponível em: [https://overseas.mofa.go.kr/rw-en/brd/m\\_9983/view.do?seq=758681](https://overseas.mofa.go.kr/rw-en/brd/m_9983/view.do?seq=758681). Acesso em: 3 jun. 2023.

CUMINGS, B. **The Korean War: A History**. New York: Modern Library Classics, 2010.

DENYER, S. Japan-South Korea dispute escalates as both sides downgrade trade ties. **The Washington Post**, 2 ago. 2019. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/asia\\_pacific/japan-downgrades-south-korea-as-trade-partner-as-bitter-dispute-escalates/2019/08/01/6a1d83ec-b4cc-11e9-8e94-71a35969e4d8\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/japan-downgrades-south-korea-as-trade-partner-as-bitter-dispute-escalates/2019/08/01/6a1d83ec-b4cc-11e9-8e94-71a35969e4d8_story.html). Acesso em: 29 maio 2023.

DIAS, L. M. Japão e Coreia do Sul em Disputa: a Importância Sul-coreana no Mercado de Tecnologia e a Origem Colonial das Rivalidades. **Revista Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional**, 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Relações Exteriores dos Estados Unidos: Diplomatic Papers, 1945, General: Political and Economic Matters, Volume II. **The Ambassador in the Soviet Union (Harriman) to the Acting Secretary of State**. Moscou, 27 dez. 1945. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v02/d268>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ECKERT, C. J. **Economic development in historical perspective, 1945-1990**. In Korea old and new: A history, ed. by C. J. Eckert, K. Lee, Y. Lew, M. Robinson, and E.W. Wagner, 388-418. Seoul, Coreia do Sul: Korea Institute, Harvard University por Ilchokak, 1990.

GALA, P. A abordagem histórica e a noção de razoabilidade científica em Bresser-Pereira, notas sobre método em economia. **REVISTA Soc. bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n° 16, p. 74-84, jun. 2005. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1991/download.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 jun. 2023

GALA, P.; RONCAGLIA, A. **Brasil, uma economia que não aprende**: Novas perspectivas para entender nosso fracasso. 1 ed. André Roncaglia e Paulo Gala, 2020.

GLASSMAN, J. Drums of War, Drums of Development: The Formation of a Pacific Ruling Class and Industrial Transformation in East and Southeast Asia, 1945–1980. **Historical Materialism Book Series**, v. 166, 2018.

GOLDSTEIN, D. M.; MAIHAFER, H. J. **The Korean War: The Story and Photographs**. Potomac Books Inc, 2000.

GLOSSERMAN, B; SCOTT A. SNYDER. **The Japan-South Korea Identity Clash: East Asian Security and the United States**. Columbia University Press, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7312/glos17170>>. Acesso em: 4 abr, 2023.

GREEN, M. J. **Japan's Reluctant Realism: Foreign Policy Challenges in an Era of Uncertain Power**. New York: Palgrave, 2001.

GUIA GEOGRÁFICO. **Leste da Ásia - Mapa Físico**, 2023. Disponível em: <http://www.asia-turismo.com/mapas/leste-asia.htm>. Acesso em: 4 jun. 2023.

HOROWITZ, S. **South Korea and Japan since World War II: Between Ideological Discord and Pragmatic Cooperation**. Pacific Focus, Vol. 31, No. 1, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/pafo.12066>>. Acesso em: 19 maio 2023.

JANSEN, M. B. **The Making of Modern Japan**. Harvard University Press, 2000.

JAPAN'S TERRITORIAL Expansion 1931-1942. **Worldview**, 2014. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/japans-territorial-expansion-1931-1942>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JAPÃO. Ministério das Relações Exteriores. **Background and Position of the Government of Japan Concerning the issue of former civilian workers from the Korean Peninsula.** Japão, 2019. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000499948.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

JERVIS. Realism, Game Theory, and Cooperation. **World Politics**, Vol.40, 1988.

KANESA-THASAN, S. **Stabilizing an Economy: A Study of the Republic of Korea** (La Stabilisation d'une Économie: Étude Sur La République de Corée) (Estabilización de Una Economía: Un Estudio Sobre La República de Corea). Staff Papers (International Monetary Fund), vol. 16, no. 1, pp. 1–26, 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3866397>. Acesso em: 30 abr. 2023.

KIM, E. M.; KIM, P. H.; KIM J. **From development to development cooperation: foreign aid, country ownership, and the developmental state in South Korea.** *The Pacific Review*, 26:3, p. 313-336, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09512748.2012.759263>. Acesso em: 1 maio 2023.

KIM K. S. E HELEN KELLOGG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES. **The Korean Miracle (1962-1980) Revisited : Myths and Realities in Strategy and Development.** Helen Kellogg Institute for International Studies University of Notre Dame 1991. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/166.pdf>. Acesso em 30 abr. 2023.

KIM, J. **A History of Korea: From “Land of the Morning Calm” to States in Conflict.** Indiana University Press, 2012.

KONG, J. S. Korea Was Most Efficient in Utilizing Japanese Reparation. **The Dong-A Ilbo**, 15 jan. 2005. Disponível em: <https://www.donga.com/en/article/all/20050119/239382/1>. Acesso em: 18 maio 2023.

LE, T. P. Negotiating in Good Faith: Overcoming Legitimacy Problems in the Japan-South Korea Reconciliation Process. **The Journal of Asian Studies**, v. 78, n. 3, Cambridge University Press, p. 621-644, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-asian-studies/article/abs/negotiating-in-good-faith-overcoming-legitimacy-problems-in-the-japansouth-korea-reconciliation-process/281FA208A3093D626E5590A0708542A1>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LEE, J-W. The Impact of the Korean War on the Korean Economy. **International Journal of Korean Studies**, v. 5, 2001.

LEE, S. H. **Outposts of Empire: Korea, Vietnam, and the Origins of the Cold War in Asia, 1949-1954.** McGill-Queen's University Press, 1995.

LIMA, U. M. **Desenvolvimento capitalista e inserção externa na Coreia do Sul: a economia política da diversificação industrial e do comércio exterior de bens de capital (1974-1989).** Tese (Doutor em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Econômico - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2013.

LIMA, U. M. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 3, p. 585-631, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8652121>. Acesso em: 8 mar. 2023.

LONE, S.; TWOLE, P. **Aspects of the Russo-Japanese war**. IS (351). Suntory and Toyota International Centres for Economics and Related Disciplines, London, UK, 1998.

MASIERO, G. **A Economia Coreana: Características Estruturais**. In: Seminário sobre Brasil e Coréia do Sul organizado pelo IPRI do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 05 e 06 de Outubro de 2000. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3629275-A-economia-coreana-caracteristicas-estruturais.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINNS, J. Of Miracles and Models: The Rise and Decline of the Developmental State in South Korea. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. 1025-43, 2001.

MOON, K. **Sex Among Allies: Military Prostitution in US - Korea relations**. New York: Columbia University Press, 1997.

NAKANO, Y. **Japan 's wartime use of colonial labor: Taiwan and Korea (1937-1945)**. B.A., The University of British Columbia, 1997.

O GLOBO. Coreia do Sul e Japão chegam a acordo sobre trabalho forçado; entenda como pacto interessa aos EUA contra a China. **O Globo**, 06 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/materias-em-capitulo/2023/03/coreia-do-sul-e-japao-chegam-a-acordo-sobre-trabalho-forcado-entenda-como-pacto-interessa-aos-eua-contra-a-china.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2023.

ODA, S. The Normalization of Relations between Japan and the Republic of Korea. **The American Journal of International Law**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 35-56, 1967. DOI: <https://doi.org/10.2307/2196830>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Agreement on the settlement of problems concerning property and claims and on economic co-operation (with Protocols, exchanges of notes and agreed minutes)**. Signed at Tokyo, on 22 June 1965. 1966. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20583/volume-583-I-8473-English.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. The problem of the independence of Korea. Adopted at the 187th plenary meeting, 12 Dec. 1948. *In: Resolutions adopted by the General Assembly during its 3rd session*, v. I, 1948. A/810. 1948. p. 25-27. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/210026>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Treaty of Peace with Japan (with two declarations)**. Signed at San Francisco, on 8 September 1951. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PALMER, B. **Fighting for the Enemy: Koreans in Japan's War, 1937-1945**. Seattle: University of Washington Press, 2013.

PARK, H. **Between Caution and Cooperation: The ROK-Japan Security Relationship in the Post-Cold War Period**. Korean Journal of Defense Analysis, p. 196-197, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10163279809464167>>. Acesso em: 25 abr. 2023

PARK, S-W. **Colonial Industrialization and Labor in Korea**. Harvard University Press, 1999.

PARK, T. Y. **Arirang Special “Comfort Women” One Last Cry**. Coreia do Sul: Arirang TV, 2013.

PIRIE, I. **The Korean Developmental State: From dirigisme to neo-liberalism**. London and New York: Routledge, 2009.

SALMON, ANDREW. **Samsung digs in deep for the chip wars**. Asia Times, 8 set. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/09/samsung-digs-in-deep-for-the-chip-wars/>. Acesso em: 28 maio 2023

SARAIVA, J. F. S. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional. *In: História das relações internacionais contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARAIVA, R. **Rivalidade Emergente e Desenvolvimento a Convite: caminhos divergentes para a industrialização tardia de Brasil e Coreia do Sul**. 2019. Dissertação (Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais) - Curso de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

SEONG, M. **Bringing capacity building back in aid ownership: an analysis of aid relations between U.S. and South Korea in the 1950s and 1960s**. Master's Thesis. Seoul, Graduate School of Seoul National University, International Cooperation, 2016.

SETH, M. J. **A Concise History of Korea: From Antiquity to the Present**. The Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc., Londres. 2021.

SHOBEI, S. **A ' Ravaged ' People : The Koreans in World War II**. Japan Interpreter, p. 43-53, 1917.

SMITH, T. W. **The book of human emotions: an Encyclopedia of feeling from anger to wanderlust.** Londres, Inglaterra: Profile Books, 2016.

SILVA, RODRIGO LUIZ MEDEIROS DA. **O mito do desenvolvimento Sul-Coreano.** 2007. Dissertação (Mestre em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605878>>. Acesso em: 8 maio 2023.

SOUTH KOREA CRAVES foreign approval of its claim to two tiny rocs. **The Economist**, 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2018/09/27/south-korea-craves-foreign-approval-of-its-claim-to-two-tiny-rocs>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SUZUKI, K. **The State and Racialization: the Case of Koreans in Japan.** UC San Diego: Center for Comparative Immigration Studies, 2003.

TANAKA, Y. **Mulheres de conforto no Japão: escravidão sexual e prostituição durante a Segunda Guerra Mundial e a ocupação nos EUA.** Londres: Routledge, 2002.

THE CAIRO CONFERENCE. UNITED STATES OF AMERICA: PRESIDENT ROOSEVELT; CHINA: GENERALISSIMO CHIANG KAI-SHEK; UNITED KINGDOM: PRIME MINISTER CHURCHILL Statement Released December 1, 1943. Disponível em: [https://rbsearchives.library.ubc.ca/uploads/r/university-of-british-columbia-library-rare-books-and-special-collections/e/c/ecae1ed788d4c9e606fdf31329904e888a0583f89a38a9c5cc212614edae5799/9bed4ea1-519a-4a58-a5ed-f59a32d786c8-rbrc\\_arc\\_1135\\_30\\_15\\_001.pdf](https://rbsearchives.library.ubc.ca/uploads/r/university-of-british-columbia-library-rare-books-and-special-collections/e/c/ecae1ed788d4c9e606fdf31329904e888a0583f89a38a9c5cc212614edae5799/9bed4ea1-519a-4a58-a5ed-f59a32d786c8-rbrc_arc_1135_30_15_001.pdf). Acesso em: 30 mar. 2023.

THE NEW YORK TIMES. Japan apologizes on Korea Sex Issue. **The New York Times**, 18 jan. 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/01/18/world/japan-apologizes-on-korea-sex-issue.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

TOGO, K. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003: The Quest for a Proactive Policy.** Boston: Brill Publishers, 2005.

YE, M. Security Institutions in Northeast Asia: Multilateral Responses to Structural Changes. In: AGGARWAL, V. K., KOO, M. G. (eds). **Asia's New Institutional Architecture.** The Political Economy of the Asia Pacific. Springer, Berlin, Heidelberg, 2008. p. 121-148.

YOON, T-R. Learning to cooperate not to cooperate: bargaining for the 1965 Korea-Japan normalization. **Asian Perspective**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2008, p. 59-91.

대일청구권 자금 쓴 기업들, 징용피해 지원은 '나몰라라'. **The Hankyoreh**, 2012. Disponível em: <[https://www.hani.co.kr/arti/society/society\\_general/535413.html](https://www.hani.co.kr/arti/society/society_general/535413.html)>. Acesso em: 30 mar. 2023.